



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANUAL DE GESTÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ANO 2025 - EXERCÍCIO 2024**

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA



28 de março de 2025



PRESIDENTE

Des. Roberto Gonçalves de Moura

VICE-PRESIDENTE

Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

EQUIPE SEAUD

SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA

Tiago Silva Guimarães

NÚCLEO ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA DE AUDITORIA E RISCO

Betânia Souza da Silva Pinheiro – Coordenadora
Gilson do Carmo Castelo dos Reis – Atendente Judiciário

DIVISÃO DE AUDITORIAS

Lourival Pereira Boulhosa Neto – Chefe
Oscar Bruno Maciel de Abreu - Analista Judiciário/ Análise de Sistemas - Suporte
Paulo Roberto Martins da Cunha – Analista Judiciário
Sheila Alves de Lima Maciel – Arquiteta

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTOS

Milene Laíse Silva Correa – Chefe
Humberto Pereira Lima Filho - Analista Judiciário/ Ciências Contábeis

COLABORAÇÃO

Stela Reis de Souza - Analista Judiciário - Ciências Contábeis do Núcleo dos
Juizados de Fazenda da Capital da Contadoria do Juízo Unificada



SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Missão

A missão da Unidade de Auditoria Interna do PJPA é subsidiar a instituição no alcance de metas e realização dos objetivos, promovendo relações sinérgicas e mobilizando a gestão efetiva de riscos, controles e governança, aplicando as melhores práticas de auditoria, com visão estratégica, equipes capacitadas e voltadas para a inovação.

Visão

Conquistar nível de excelência na área de auditoria interna governamental, tornando-se referência no âmbito do Poder Judiciário nacional.

Valores

Profissionalismo, imparcialidade, ética, cooperação, independência e inovação são valores que norteiam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do PJPA.



SUMÁRIO EXECUTIVO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SEAUD?

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, realizada pela Secretaria de Auditoria Interna, referente ao exercício 2024.

POR QUE A SEAUD REALIZOU ESTE TRABALHO?

O artigo 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão.

Ainda no tocante à Prestação de Contas, a Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, itens 23, 24 e 25 do Anexo I, combinada com o Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/ 2017 determinam à unidade de controle interno a elaboração de relatório e parecer com o objetivo de refletir conclusivamente e de forma segregada por gestor, quando for o caso, as situações significativas apuradas no que diz respeito aos aspectos de regularidade e de gestão.

Em obediência aos normativos citados acima, esta SEAUD incluiu a elaboração do referido relatório e parecer no Plano Anual de Auditoria 2024 e apresenta neste documento o resultado deste trabalho.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SEAUD?

Conforme determinado no Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 8.919/2017, esta SEAUD analisou as situações significativas apuradas no exercício de 2024, no que diz respeito aos aspectos orçamentários, financeiros e de gestão, concluindo ser possível recomendar a aprovação das contas dos responsáveis arrolados na presente Prestação de Contas.



SUMÁRIO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SEAUD?	4
POR QUE A SEAUD REALIZOU ESTE TRABALHO?	4
QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SEAUD?	4
Lista de Quadros	6
Lista de Gráficos	7
Apresentação	8
Metodologia	9
1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO	10
1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária	10
2. DA ANÁLISE DA GESTÃO	19
2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal	19
2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações	30
2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	38
2.4. Avaliação da Gestão de TI	47
3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51
3.1. Do Balanço Orçamentário	51
3.2. Do Balanço Financeiro	69
3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa	78
3.4. Do Balanço Patrimonial	88
2.1. Demonstração das Variações Patrimoniais	100
CONSIDERAÇÕES GERAIS	104



Lista de Quadros

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2024	11
Quadro II- Dotação Atualizada 2024.....	12
Quadro III - Dotação por Programa	12
Quadro IV - Dotação por Programa UG 040101	13
Quadro V - Dotação por Programa UG 040102	14
Quadro VI - Dotação por Programa UG 040103	16
Quadro VII- Evolução da despesa com pessoal do TJPA por habitante do Pará	22
Quadro VIII- Despesa de pessoal ativo em 2024	22
Quadro IX - Despesa de pessoal inativo e pensionistas em 2024	22
Quadro X - Programas e Ações – Gestão de Pessoas.....	23
Quadro XI – Programa e Ação-Projeto Atividade	27
Quadro XII - Quadro resumo da evolução de servidores.....	29
Quadro XIII– Deságio no valor contratado.....	31
Quadro XIV - Execução físico-Financeira	40
Quadro XV - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física	42
Quadro XVI - Execução físico-financeira da Reforma e Manutenção dos Prédios do PJPA	44
Quadro XVII - Execução físico-financeira da Construção de Imóveis Públicos Estaduais	46
Quadro XVIII - IGovTIC-JUD	47
Quadro XIX - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	47
Quadro XX - Dotação Atualizada UG 040101	51
Quadro XXI- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101	52
Quadro XXII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101	55
Quadro XXIII - Dotação Atualizada UG 040102	57
Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102	58
Quadro XXV - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102	62
Quadro XXVI - Dotação Atualizada UG 040103	63
Quadro XXVII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103	64
Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040103	68
Quadro XXIX - Balanço Financeiro – UG 040101	70
Quadro XXX - Balanço Financeiro - UG 040102	73
Quadro XXXI - Balanço Financeiro – UG 040103	76
Quadro XXXII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101.....	79
Quadro XXXIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102	83
Quadro XXXIV - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103	86
Quadro XXXV - Balanço Patrimonial - UG 040101.....	89
Quadro XXXVI - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.....	89
Quadro XXXVII - Quadro das contas de compensação	90
Quadro XXXVIII - Quadro do superávit/déficit financeiro	90
Quadro XXXIX - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.....	90
Quadro XL - Componentes do patrimônio líquido	91
Quadro XLI - Balanço Patrimonial.....	92
Quadro XLII - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.....	92
Quadro XLIII - Quadro das contas de compensação	94
Quadro XLIV - Quadro do superávit/déficit financeiro.....	94
Quadro XLV – Imobilizado.....	95
Quadro XLVI - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo	95
Quadro XLVII - Componentes do patrimônio líquido	96
Quadro XLVIII - Balanço Patrimonial	98
Quadro XLIX - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes	98
Quadro L - Quadro das contas de compensação	98
Quadro LI - Quadro do superávit/déficit financeiro	98
Quadro LII - Componentes do patrimônio líquido	99
Quadro LIII - Demonstração das variações patrimoniais	101
Quadro LIV - Demonstração das variações patrimoniais	102
Quadro LV - Demonstração das variações patrimoniais	103



Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101	14
Gráfico 2- Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional	15
Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão	16
Gráfico 4 - Atuação Jurisdicional Dotação Atualizada x Empenhado	17
Gráfico 5 - Manutenção da Gestão do poder Judiciário Dotação Atualizada x Empenhado	18
Gráfico 6 – Despesas com pessoal do Poder Judiciário Estadual Nacional 2023 e 2024	19
Gráfico 7 - Série histórica das despesas por habitante do Poder Judiciário Estadual	20
Gráfico 8 - Custo médio mensal dos tribunais de médio porte com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais - Ano base 2023.....	20
Gráfico 9 - Evolução da despesa de pessoal por habitante - TJPA	21
Gráfico 10 - Evolução dos gastos com pessoal	23
Gráfico 11 – Licitações por modalidade	30
Gráfico 12 – Valor homologado	31
Gráfico 13 – Natureza da contratação	32
Gráfico 14 – Valor contratado x Natureza da contratação	32
Gráfico 15 – Dispensa – Valor contratado por fundamentação legal.....	33
Gráfico 16 – Dispensa – Valor contratado por natureza da contratação	34
Gráfico 17 – Inexigibilidade – Valor contratado por fundamentação legal.....	34
Gráfico 18 – Inexigibilidade – Valor contratado por natureza da contratação	35
Gráfico 19 – Quantitativo de contratos celebrados em 2024, por modalidade de licitação	36
Gráfico 20 – Valor atual dos contratos, por modalidade de licitação	36
Gráfico 21 – Valor atual por natureza do contrato	37
Gráfico 22 – Quantitativo de contratos vigentes celebrados em exercícios anteriores.....	37
Gráfico 23 – Valor atual por natureza do contrato	38
Gráfico 24 – Executado x Disponível	39
Gráfico 25 – Comparativo do desembolso em Ampliação/Construção x Serviços	40
Gráfico 26 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	42
Gráfico 27 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.	44
Gráfico 28 – Desembolso de recursos na ação Construção de Imóveis Públicos Estaduais – FRJ	46



Apresentação

O presente relatório tem por finalidade dar apoio ao órgão de controle externo na análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará – PJPA, **exercício de 2024**, em atendimento ao artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, ao artigo 6º, inciso VI, da Resolução nº 18.975/2017, combinado com o artigo 2º, inciso IV, da Resolução 18.919/2017 e com o Anexo I, da Resolução nº 18.968/2017, ambas Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA, demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais das seguintes Unidades Jurisdicionadas: UJ 1.0.006.00 - Tribunal de Justiça do Estado; UJ 1.9.025.00 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ); e UJ 1.9.010.00 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará.

O escopo do relatório de análise da prestação de contas consiste em verificar a regularidade das contas apresentadas pela gestão, a partir da análise dos itens obrigatórios definidos no Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, utilizando como critérios as leis e as normas vigentes, e como parâmetros, as metas e os objetivos delineados pelos Macrodesafios, Programas e Projetos-atividade definidos para o exercício de 2024.

Não foram analisados: os registros contábeis que deram origem aos saldos apresentados nos demonstrativos contábeis; os autos de processos licitatórios e contratos; e os processos de medição de obras e serviços de engenharia.

Para a verificação de regularidades das contas, esta SEAUD utilizou alguns critérios de análise, dentre outros, os citados abaixo:

- Lei nº 1.260/2023 (Plano Plurianual – PPA 2024-2027);
- Lei nº 9.977/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2024);
- Lei nº 10.382/2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2024);
- Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027;
- Relatório Justiça em Números CNJ 2024;
- RGF 3º Quadrimestre/2024;
- Anexos componentes da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos foram orientados para a verificação orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como, para a avaliação da gestão de áreas relevantes para



a prestação jurisdicional à sociedade, organizadas em quatro tópicos, a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os trabalhos realizados à luz das análises dos documentos anexados ao Sistema e-Jurisdicionado e definidos por meio do Anexo I da Resolução nº 18.975/2017 do TCE-PA, abordam os aspectos acima citados em tópicos distintos, conforme segue:

- **Panorama Orçamentário**, análise de pontos relevantes da dotação orçamentária de 2024, partindo dos valores inicialmente propostos (dotação inicial), perpassando pelas alterações de dotação para demonstrar os valores efetivamente destinados à realização das despesas (dotação atualizada), até os detalhamentos sobre a efetiva execução das despesas (execução orçamentária) do exercício;
- **Análise da Gestão**, exame do desempenho da gestão em relação aos demais recursos para a prestação jurisdicional à sociedade, a saber: *Pessoal (recursos humanos)*, *Compras e Contratações (recursos materiais)*, *Obras e Serviços de Engenharia (recursos de infraestrutura civil)*, e *Tecnologia da Informação e Comunicação (recursos tecnológicos)*.
- **Demonstrações Contábeis**, análises essencialmente contábeis da prestação de contas, e sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre a importância dos resultados obtidos.

Metodologia

A análise da prestação de contas foi elaborada cumprindo os requisitos exigidos em legislação pertinente, com base no exame da documentação enviada pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com o Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos realizados pela SEAUD seguiram as normas e técnicas aplicáveis ao setor público e à atuação dos órgãos de controle interno.

Foram utilizadas técnicas de auditoria e de análise de documentos consideradas adequadas para a consecução dos trabalhos, entre elas: análise documental, conferência de cálculos e dados e exame de relatórios e de atos de gestão.



Especificamente para a análise do panorama orçamentário e análise das demonstrações contábeis foram utilizados como instrumentos auxiliares de aferição e pesquisa, os sistemas SIAFE¹ e BO², sendo estes essenciais para o cotejamento dos dados e informações evidenciados nos documentos contábeis integrantes da prestação de contas.

Para a análise dos atos de gestão, foram utilizados o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2024, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJPA cotejados essencialmente com a documentação anexada ao sistema E-Jurisdicionado, acrescida das justificativas e documentos comprobatórios necessários, para fins de Prestação de Contas.

1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO

A Lei Estadual nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, período de 2024-2027, e apresentou as dimensões estratégicas do Plano em “Programas Temáticos e Programas de Gestão”, “Manutenção” e “Serviços ao Estado”, elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos constitucionais independentes.

A Lei Estadual nº 9.977, de 06 de julho de 2023, instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que dispôs sobre as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2024.

A Lei Estadual nº 10.382, de 10 de janeiro de 2024, instituiu a Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício financeiro de 2024, estabelecendo a dotação orçamentária ao PJPA através dos Programas Temáticos “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”.

1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária

Na avaliação da execução orçamentária será verificada a realização das despesas frente a arrecadação da receita.

¹Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará.

²*Business Objects*, ferramenta adotada pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair do SIAFE dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



1.1.1. Da Dotação

Por meio da Lei Estadual nº 10.382/2024, foi estimada a receita e fixada a despesa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2024, no valor de R\$ 2.295.479.166,00, distribuídos entre as Unidades Gestoras da seguinte forma: UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1.880.129.777,00; UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, R\$ 400.062.558,00 e UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil de TJPA, R\$ 15.286.831,00.

Para melhor detalhamento apresenta-se quadro com especificação dos valores previstos para cada Unidade Gestora, nos moldes do inciso III, do Art. 12, da LDO.

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2024

Dotação Inicial por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.880.129.777,00
1500000001 Recursos Ordinários	1.866.556.507,00
1500000012 Receita Patrimonial	13.573.270,00
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do P Judiciário	400.062.558,00
1500000001 Recursos Ordinários	29.809.989,00
1500000012 Receita Patrimonial – Outros Poderes	45.240.478,00
1700000006 Recurso Provenientes de Transferências - Convênios	2.374.800,00
1702000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	1.100.000,00
1703000006 Receita Prov de Transferências – Convênios*	1.100.000,00
1759000018 Receita Própria do Fundo Reaparelh. do Judiciário	319.437.291,00
1755000023 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	1.000.000,00
UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA	15.286.831,00
1500000012 Receita Patrimonial – Outros Poderes	1.185.251,00
1759000028 Fundo de Registro Civil de Estado do Pará	14.101.580,00
TOTAL	2.295.479.166,00

*com entidades privadas, estrangeiras ou multi-governamentais

Fonte: Orçamento Geral do Estado do Pará 2024 vol. II – página 236

1.1.2. Da Execução

No decorrer do exercício, houve um incremento de 10.9% na dotação inicial da UG 040101 no valor de R\$ 204.740.630,48 e consequentemente a dotação atualizada passou ao montante de R\$ 2.084.870.407,48.

Do mesmo modo, na UG 040102, houve um acréscimo de 56,0% na sua dotação inicial no valor de R\$ 224.042.640,92, resultando em uma dotação atualizada de R\$ 624.105.198,92.



Na UG 040103, o incremento de 31,7% na sua dotação inicial no valor de R\$ 4.841.952,51 resultando em dotação atualizada de R\$ 20.128.783,51.

As Dotações Atualizadas estão discriminadas no quadro abaixo:

Quadro II- Dotação Atualizada 2024

Dotação Atualizada³ por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	2.084.870.407,48
1500000001 Recursos Ordinários	2.018.861.756,48
1500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	23.168.178,38
2500000001 Recursos Ordinários	42.097.234,78
2500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	743.237,84
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	624.105.198,92
1500000001 Recursos Ordinários	29.661.874,76
1500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	44.750.150,82
1700000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	2.374.800,00
1702000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	1.100.000,00
1703000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	1.100.000,00
1755000023 Recursos Provenientes de Alienação de Bens	1.000.000,00
1759000018 Rec Prov do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	378.330.282,37
2500000001 Recursos Ordinários	1.977.878,07
2700000006 Rec Prov de Transferências – Convênios e Outros	1.023.000,00
2500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	10.367.212,90
2759000018 Rec Prov do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	148.320.000,00
2755000023 Recursos Provenientes de Alienação de Bens	4.100.000,00
UG 040103 - Fundo de Apoio ao Registro Civil Estado do Pará	20.128.783,51
1500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	1.174.937,31
1759000028 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	13.953.846,20
2759000028 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	5.000.000,00
TOTAL	2.729.104.389,91

Fonte: Bussiness Object - BO 2024

No intuito de observar a distribuição dos recursos dentro de cada Programa, cotejando a dotação inicial e dotação atualizada destacado por UG, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro III - Dotação por Programa

Dotação por Programa		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	297.184.167,00	274.796.338,82
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.998.294.999,00	2.452.330.173,02
Governança Pública	0,00	1.877.878,07
TOTAL	2.295.479.166,00	2.729.104.389,91

Fonte: Bussiness Object - BO 2024

³ Os valores tratados como Dotação Atualizada neste relatório utilizam a forma de cálculo do sistema Business Objects – BO. No 'Anexo II – Dotação e Execução Orçamentária', a mesma forma de cálculo é nominada de Dotação Líquida.



Ainda em análise ao quadro acima, é importante frisar que a Lei nº 10.382/2024 (LOA 2024) consigna no orçamento anual do PJPA apenas com os programas Atuação Jurisdicional e Manutenção de Gestão do Poder Judiciário. Em virtude disto, é evidenciado que o programa Governança Pública não possui registro de qualquer valor na coluna Dotação Inicial. Entretanto durante o exercício de 2024, houve movimentações de crédito que conferiram créditos orçamentários para este programa, possibilitando assim sua execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

Quadro IV - Dotação por Programa UG 040101

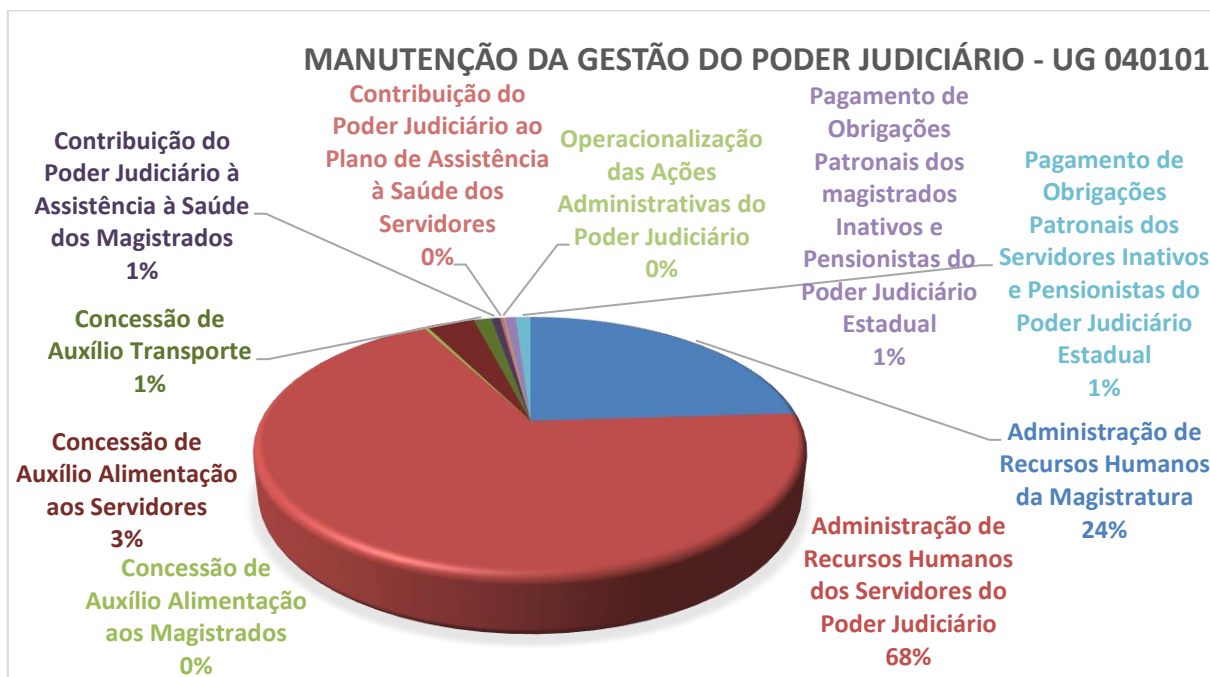
Dotação por Programa UG 040101		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	97.624.254,00	16.999.714,35
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.782.505.523,00	2.067.870.693,13
TOTAL	1.880.129.777,00	2.084.870.407,48

Fonte: Bussiness Object - BO 2024

Em análise à UG 040101, convém fazer algumas observações: percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” foi o que demandou maior volume de recursos, representando 99,2% da Dotação Atualizada, cujas ações foram direcionadas ao custo com pessoal ativo, representado nas rubricas de vencimento, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, contribuição para plano de saúde e pagamento de obrigações patronais, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101



Em análise à UG 040102, percebe-se que os programas “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” demandaram, respectivamente, 38,1% e 61,6% dos recursos destinados para esta UG, considerando a Dotação Atualizada.

Quadro V - Dotação por Programa UG 040102

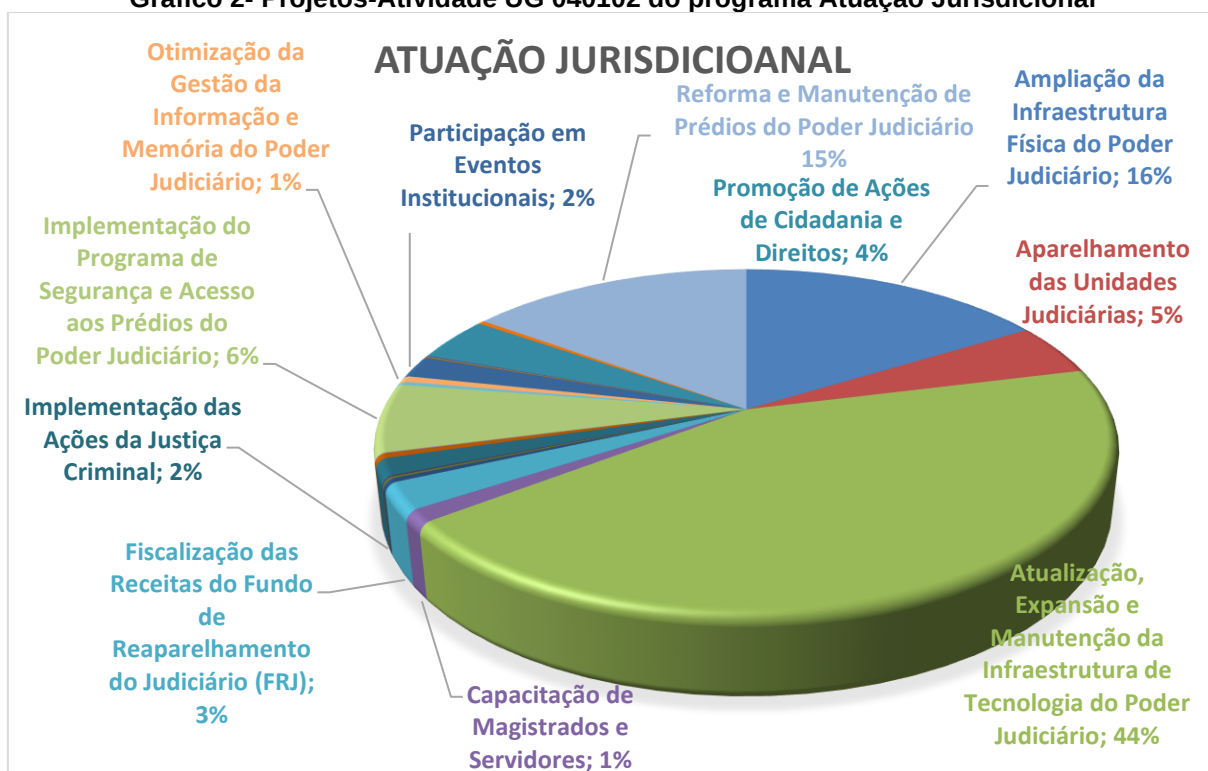
Dotação por Programa UG 040102		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	184.273.082,00	237.667.840,96
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	215.789.476,00	384.459.479,89
Governança Pública	0,00	1.977.878,07
TOTAL	400.062.558,00	624.105.198,92

Fonte: Bussiness Object - BO 2024

Ao programa “Atuação Jurisdicional” foram direcionados recursos para Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário, através das ações: Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário; Reforma e Manutenção de prédios do Poder Judiciário; Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário; Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário; Promoção de ações de Cidadania e Direitos; Aparelhamento das Unidades Judiciárias, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



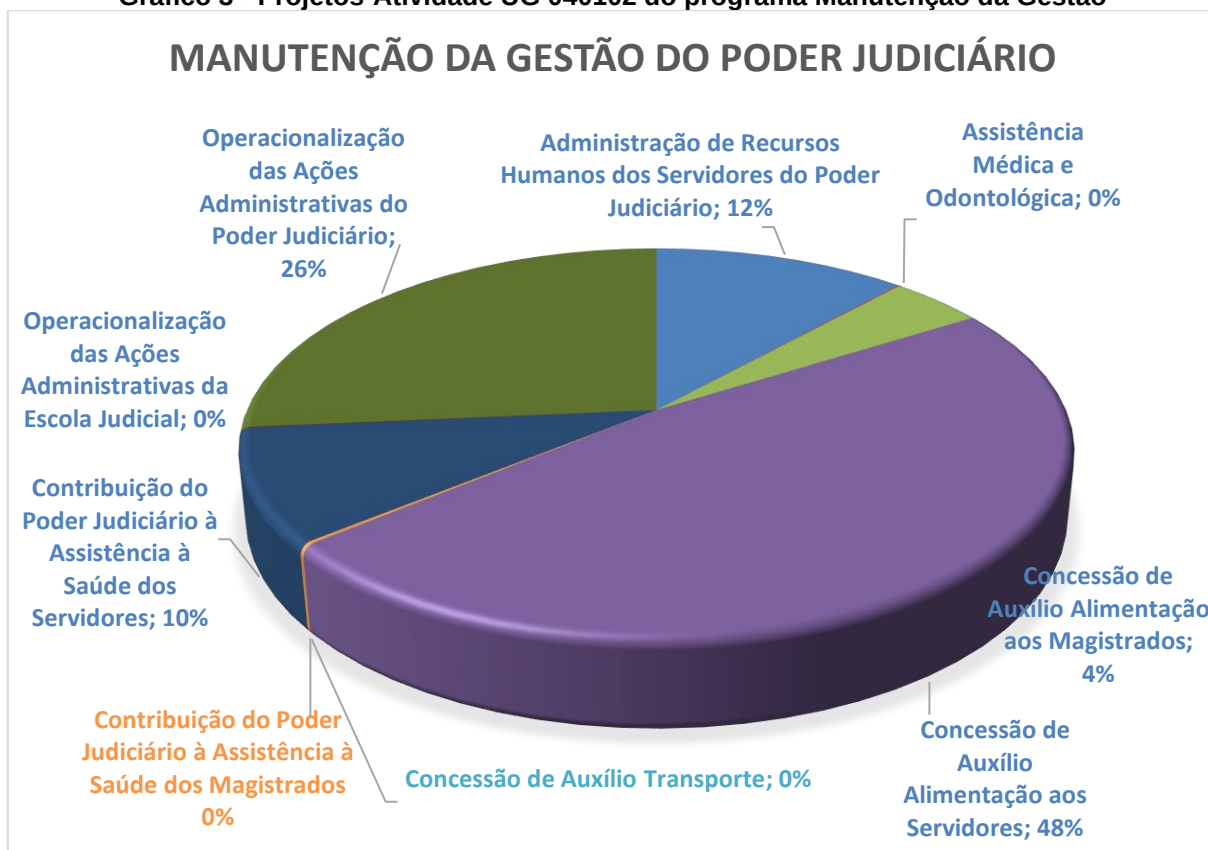
Gráfico 2- Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdiccional



Ao programa “Manutenção da gestão do Poder Judiciário” foram direcionados recursos tanto para Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário, como para custo com pessoal ativo, com recursos direcionados para o pagamento de auxílio-alimentação, rubricas de vencimento e contribuição para plano de saúde, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão



Quadro VI - Dotação por Programa UG 040103

Dotação por Programa UG 040103		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	15.286.831,00	20.128.783,51
TOTAL	15.286.831,00	20.128.783,51

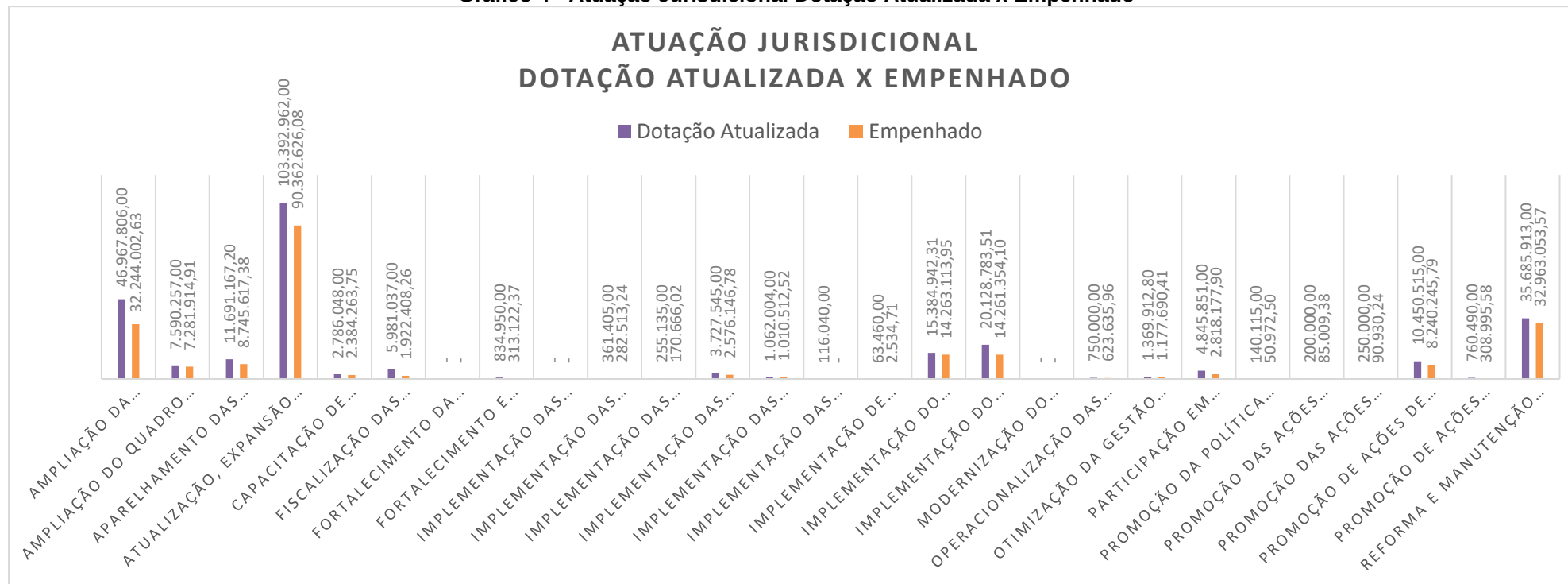
Fonte: Bussiness Object - BO 2024

Em análise, observou-se que os recursos da UG 040103 foram direcionados exclusivamente ao projeto-atividade “Implementação do Registro Civil pelos Ofícios de Cidadania”, representado com custos em equipamentos, material permanente, indenizações e restituições, despesas de exercícios anteriores e obrigações tributárias e contributivas.



No exercício de 2024, em análise conjunta das UG 040101 – TJE, UG 040102 – FRJ e UG 040103 – FRC, no programa Atuação Jurisdicional houve execução orçamentária da dotação atualizada na ordem de 80,9%, ocorrido conforme o detalhamento abaixo.

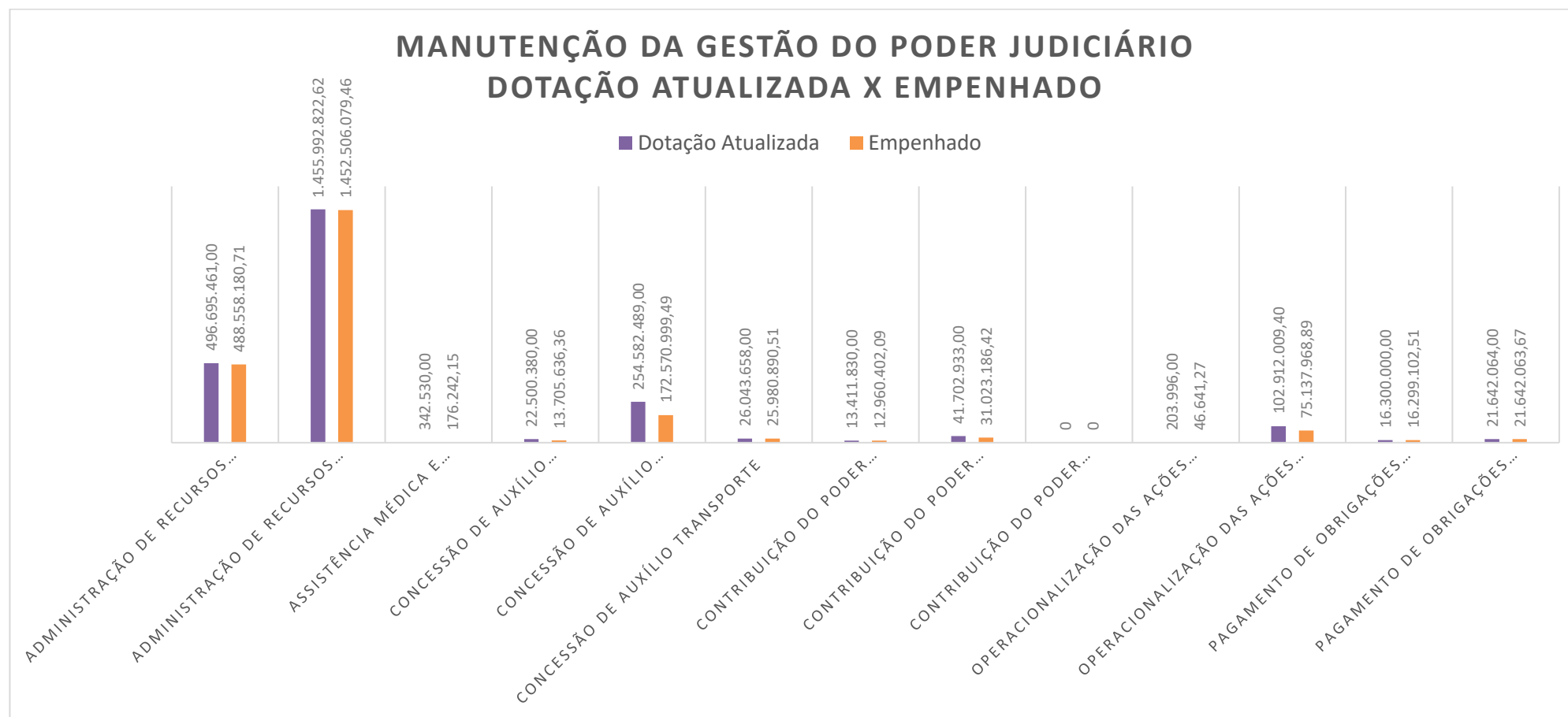
Gráfico 4 - Atuação Jurisdicional Dotação Atualizada x Empenhado





No exercício de 2024, em análise conjunta das UG 040101 – TJE, UG 040102 – FRJ e UG 040103 – FRC, no programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário houve execução orçamentária da dotação atualizada na ordem de 94,2%.

Gráfico 5 - Manutenção da Gestão do poder Judiciário Dotação Atualizada x Empenhado



2. DA ANÁLISE DA GESTÃO

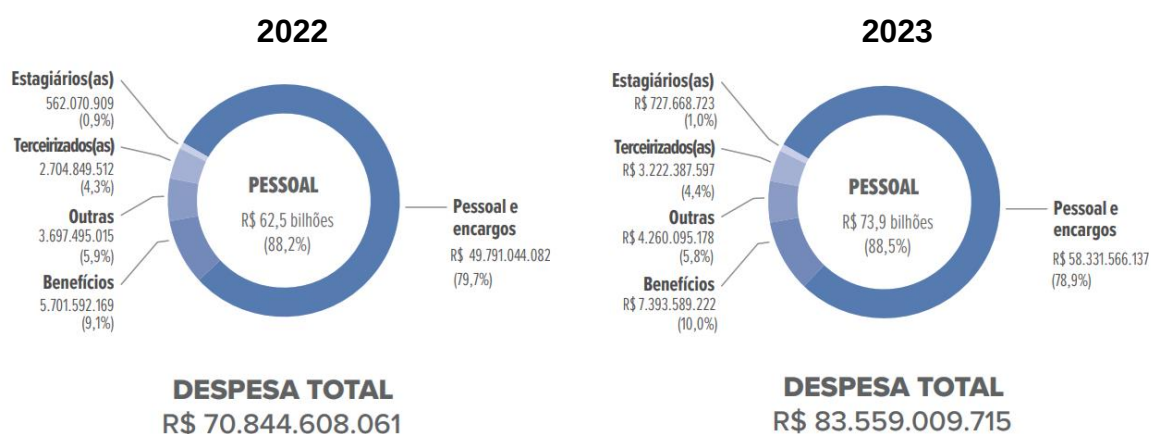
2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal

2.1.1. O PJPA no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Relatório Justiça em Números de 2024, apresentou dados sobre recursos orçamentários e humanos do Poder Judiciário. Embora os dados emitidos pelo CNJ sejam do ano-base 2023, uma vez que o citado relatório é a publicação mais recente do órgão, é salutar que se considere tais dados, a fim de observar, em um cenário nacional, os resultados e indicadores sobre a atuação do Poder Judiciário no decorrer dos anos. Nesse sentido, a análise se limitará aos dados do segmento da justiça estadual, e pertinentes às despesas com pessoal.

Assim, para o orçamento de 2023, as despesas com pessoal do tribunais de justiças estaduais somaram R\$ 73,9 bilhões, o que representa um aumento de 18,24% em relação ao ano anterior, com as correções conforme o índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Ressalta-se que a participação dessa despesa, em relação às despesas totais, manteve-se com 88%.

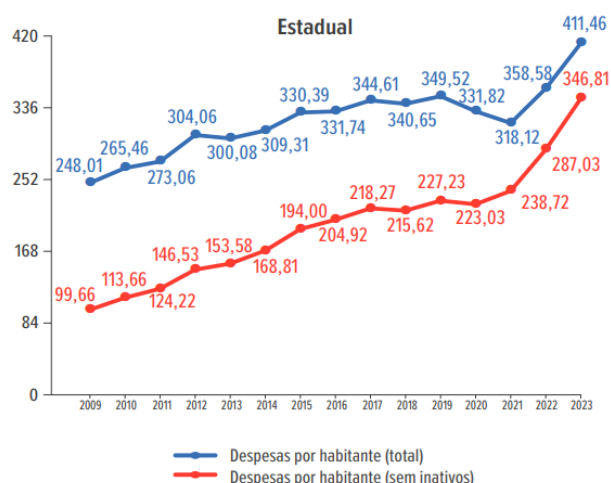
Gráfico 6 – Despesas com pessoal do Poder Judiciário Estadual Nacional 2023 e 2024



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2024

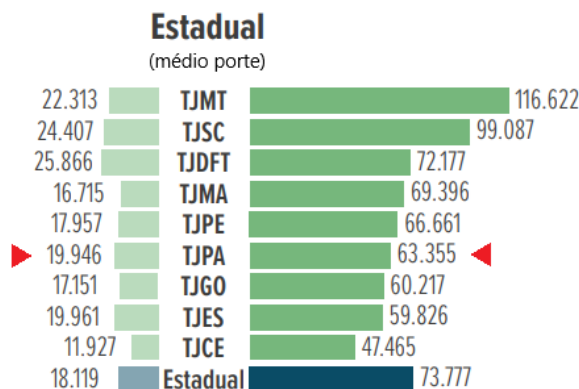
O Relatório aponta ainda, que no ano-base 2023, o custo pelo serviço da Justiça Estadual foi de **R\$ 411,46** por habitante, um aumento de 14,74% por pessoa, em relação ao ano anterior (Gráfico a seguir). A elevação das despesas por habitante também foi observada quando considerada as despesas referentes a gastos sem os inativos.

Gráfico 7 - Série histórica das despesas por habitante do Poder Judiciário Estadual



Nesse cenário, observa-se que o PJPA, como tribunal de médio porte, encontra-se em sexto lugar de total de nove, sob o critério de custo médio mensal com magistrados(as), sendo este de R\$ 63.355,00, e mantendo-se em quinto lugar sob o critério de gasto com servidores(as), de R\$ 19.946,00.

Gráfico 8 - Custo médio mensal dos tribunais de médio porte com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais - Ano base 2023.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2024

Nessa linha, o PJPA tem dirigido esforços no intuito de manter os custos com pessoal dentro dos limites orçamentários delineados, tendo-os sob controle, ao mesmo tempo em que busca promover um atendimento de qualidade aos jurisdicionados, bem como garantir o atendimento de novas demandas.

2.1.1. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal

O gráfico abaixo ilustra o referido controle, apresentando a evolução do crescimento da despesa de pessoal por habitante no PJPA, a partir dos últimos cinco anos registrados.



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal e Projeções da População do IBGE de 2020 à 2024.

O gráfico acima demonstra que, dada a atuação efetiva da gestão de pessoal no PJPA, entre o período de 2020 a 2024 houve um crescimento da despesa de pessoal por habitante de R\$ 115,34, representando um incremento de 86%. Considerando a média anual, a variação foi de 16,9%.

Quanto ao ano de 2024, é importante salientar que a despesa bruta com pessoal, que compõem pessoal ativo e inativo e pensionistas, totalizou o montante de R\$ 2.253.803.859,78, segundo o Relatório de Gestão Fiscal-RGF.

A tabela a seguir compõe as bases para os cálculos das despesas de pessoal por habitante, cujas fontes são dos Relatórios de Gestão Fiscal do PJPA 3º quadrimestre de cada ano e das projeções da população do Estado do Pará até 2024, publicadas no site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>, do IBGE.



Quadro VII- Evolução da despesa com pessoal do TJPA por habitante do Pará

ANO	Despesa Bruta com pessoal – em R\$	População projetada	Despesa por habitante	Variação anual %
2020	1.167.548.656,83	8.690.745	R\$ 134,34	-
2021	1.278.603.558,93	8.777.124	R\$ 145,67	8,4%
2022	1.593.854.936,06	8.861.974	R\$ 179,85	23,5%
2023	1.956.690.905,01	8.945.219	R\$ 218,74	21,6%
2024	2.253.803.859,78	9.026.771	R\$ 249,68	14,1%

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>, do IBGE

No exercício de 2024, por meio de dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, constata-se que o Poder Judiciário do Estado do Pará teve uma despesa com Pessoal Ativo na ordem de R\$ 1.941.376.026,83. Desse montante, depreende-se que 87% correspondem às despesas com Vencimentos e Vantagens, e 13% perfazem as Obrigações Patronais.

Quadro VIII- Despesa de pessoal ativo em 2024

Despesas de Pessoal Ativo em 2024

Vencimentos e Vantagens	87%	R\$ 1.692.913.477,31
Patronal	13%	R\$ 248.462.549,52
Total		R\$ 1.941.376.026,83

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2024

No comparativo com o exercício anterior, tem-se que a Despesa com Pessoal Ativo do ano de 2024, apresentou um incremento de 14,2% em relação ao ano de 2023.

Quanto às despesas de pessoal inativo e pensionistas em 2024, o quadro abaixo retrata valores que totalizam R\$ 312.427.832,95, indicando um acréscimo de 8%, aproximadamente, comparada com a despesa de 2023 para esta mesma conta.

Quadro IX - Despesa de pessoal inativo e pensionistas em 2024

Despesas de Pessoal inativo e pensionistas em 2024

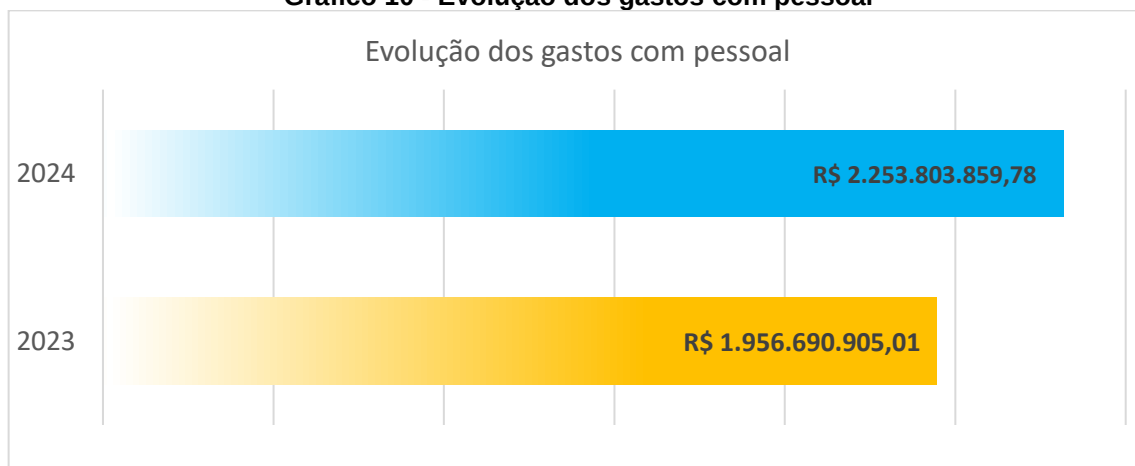
Aposentadorias, Reservas e Reformas	82%	R\$ 255.151.267,22
Pensões	18%	R\$ 57.276.565,73
Total		R\$ 312.427.832,95

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2024

Dessa forma, o montante da despesa com pessoal ativo, inativos e pensionistas em 2024 foi de R\$ 2.253.803.859,78, uma variação de 14,1% do ano anterior, que foi de R\$ 1.956.690.905,01.



Gráfico 10 - Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2023 e 2024

Ressalta-se que mesmo com o aumento da Despesa com Pessoal no ano de 2024, o PJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,88% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, que foi de R\$ 40.972.569.817,11, ficando abaixo do limite de alerta estabelecido no inciso II do § 1º do art.59 da LRF para o Poder Judiciário, de 5,40%.

2.1.2. Execução Físico-Financeira das Ações do PPA 2024

Em uma análise acerca da Execução Físico-Financeira das Ações, no âmbito da Gestão de Pessoas, presentes no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2024, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJPA, destacam-se os pontos a seguir.

Quadro X - Programas e Ações – Gestão de Pessoas

PROGRAMA/ Ação	Área Atendida ¹	UO ²
1. ATUAÇÃO JURISDICIONAL		
Ampliação do quadro funcional de Magistrados e Servidores	1º, 2º, AI	TJE
Capacitação de Magistrados e Servidores	1º, 2º, AI	FRJ; TJE
Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores	1º, 2º, AI	FRJ
Fortalecimento e Modernização da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	1º, 2º, AI	FRJ; TJE
2. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO		
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e Magistrados	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Concessão de Auxílio Alimentação aos servidores	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Concessão de Auxílio Alimentação aos magistrados	1º, 2º	TJE e FRJ
Concessão de Auxílio Transporte	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Assistência Médica e Odontológica	1º, 2º, AI	FRJ



Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Administração de Recursos Humanos da magistratura	1º, 2º	TJE
Pagamentos de obrigações Patronais dos servidores Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual - Servidores e Magistrados	-	TJE

¹ Áreas: 1º e 2º grau, e Apoio Indireto

² Unidade Orçamentária

2.1.2.1. Ações de Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

O PJPA trabalha vários aspectos da gestão de pessoas por meio do macrodesafio, do Planejamento Estratégico, denominado Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. Este macrodesafio refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2024 que contribuíram para a melhoria da Gestão de Pessoas destacam-se:

- **Ampliação do quadro funcional de servidores**

Em relação às ações voltadas para o 1.º Grau, pertencentes ao Programa Atuação Jurisdicional, identificou-se que foram nomeados 74 servidores no exercício de 2024, equivalente à 110% da meta física programada, que seriam 67 servidores nomeados. O relatório informa ainda que *houve a necessidade de ampliar a força de trabalho com a priorização do 1º grau e ampliação do quadro de oficiais de justiça avaliador*. Para o quadro funcional de servidores do 2º grau, houve execução de 9% do previsto, que era de 11 servidores. E do Apoio Indireto, foram atendidas 11 unidades de 13 programadas, uma execução de 85%.

Quanto a ampliação do quadro funcional de magistrados, *não foram providos, face não haver candidatos aprovados no concurso a serem convocados*.

No aspecto financeiro, a ação Ampliação do quadro funcional geral de servidores consumiu 95,9% da dotação orçamentária, e alcançou 94,5% da meta física programada.

- **Capacitação de Magistrados e Servidores**

Conforme Relatório Anual de Avaliação do PPA 2024-2027, exercício de 2024, o Objetivo 3 (Fortalecer a Governança Judiciária) do Programa “Atuação Jurisdicional”, promoveu 3.693 capacitações de Magistrados e Servidores do 1º grau, 2º grau (TJE e FRJ) e Apoio indireto a atividade judicante (FRJ), representando uma execução de 161% de 2.290 programados. Essas ações foram desempenhadas pela Escola Judicial do Pará (EJPA).

Quanto aos recursos financeiros investidos nesta ação observou-se que houve o desembolso de R\$ 2.317.805,00, uma execução de 83,5% da dotação atualizada para o período – R\$ 2.776.048,00.

De acordo com a EJPA, em 2024 foram executadas 372 ações educacionais, como cursos regulares, autoinstrucionais, EAD e eventos. Dentre estes, destacam-se a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Direito Processual Civil, cursos presenciais no interior do Estado do Pará, com o alcance de todos os servidores do TJPA realizando alguma formação da Escola durante o referido ano.

Além disso, foi realizado o 1º Congresso Internacional de Acesso à Justiça, formações de aperfeiçoamento da equipe interna da EJPA, formações voltadas à inovação e o uso de inteligência artificial para a prática judicial.

- **Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores**

No Programa “Atuação Jurisdicional”, por meio da ação “Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores – FRJ”, o Poder Judiciário do Estado do Pará realizou 223 eventos de atenção à saúde, como *webinários*, *lives*, palestras com transmissão ao vivo, cartilhas, *folders*, relacionadas à saúde mental, não sendo possível a quantificação do público beneficiado. Tais ações foram em grande parte realizadas em Belém e na Região Metropolitana.

Foram, ainda, realizadas campanhas de vacinação contra o H1N1, H3N2, Meningite C, Covid-19 que tem por objetivo a imunização do corpo funcional do TJPA. Testes rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C). Além de exames Periódicos de Saúde, que visa promover a saúde integral, campanhas educativas de saúde, ginástica laboral, e feira de artesanato e produtos orgânicos.

Vale frisar que a meta física programada para 2024 de 5.626 foi superestimada, de modo que seu atendimento completo não seria aplicável. Devido a isso, os setores envolvidos, Coordenadoria de Orçamento e Secretaria de Gestão de Pessoas, deverão revisar a metodologia para o próximo exercício.

- **Fortalecimento e Modernização da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais**

Conforme verificado no Relatório de avaliação do PPA do exercício 2024 esta ação se refere ao mapeamento de competências realizado naquele ano, que abrangeu 5.193 avaliações (autoavaliações e avaliações de gestores) de 10.480 ou 50% da meta física. Para este atendimento foram utilizados R\$ 313.122,00 (37,50%) do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário-FRJ.

- **Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e magistrados**

Conforme verificado no Relatório de avaliação do PPA do exercício 2024 estas ações se referem à vinculação dos membros e servidores do 1º e 2º grau e Apoio indireto a atividade judicante ao plano de assistência à saúde, abrangendo 10.404,00 usuários(as). Nos valores executados foi considerado a parte patronal do Plano de assistência à Saúde da Unimed e o reembolso do auxílio saúde.

Verificando o quadro referente à esta ação, quando agrupado os recursos (TJE e FRJ) das áreas do 1º grau, 2º grau e Apoio, observou-se que tiveram suas execuções financeira de 73,22%, 81,38% e 75,80% da dotação atualizada, para uma execução física de 101,52%, 110,02% e 105,68%, respectivamente, demonstrando uma superação da meta física sobre os recursos destinados à estas áreas.

- **Concessão de Auxílio Alimentação aos servidores e aos magistrados**

Para esta ação, no âmbito do 1º e 2º grau, além do Apoio Indireto à área Judicante, foi utilizado o montante de R\$ 172.570.997,00, por meio dos fundos FRJ e TJE, correspondendo a 67,80% da dotação (OGE 2024), para o atendimento de 4.830 servidores(as) beneficiados com o auxílio alimentação, com alcance de 92% da meta física estabelecida.

Quando observado a mesma ação para o atendimento dos magistrados do 1º e 2º grau (FRJ e TJE), constatou-se a execução de 60% e 74,3% da dotação



financeira, para uma metafísica de 95,9% e 103,6%, respectivamente, referente aos 377 magistrados(as) beneficiados(as) com auxílio alimentação.

- **Concessão de Auxílio Transporte**

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2024-2027, exercício de 2024, a concessão de Auxílio Transporte alcançou 1.922 servidores do 1º e 2º grau, e do Apoio indireto a atividade judicante (TJE), 47,42% do total programado. Quanto à ordem financeira, para este atendimento, foi executado o montante de R\$ 25.980.890,00, ou 97,59% da dotação atualizada.

- **Assistência Médica e Odontológica**

Por meio da Ação “Assistência Médica e Odontológica - FRJ”, do Programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”, foram realizados 945 atendimentos, 80% dos 1.185 previstos. Para o atendimento dessa ação foi executado o montante de R\$ 176.242,00, que representou 51% da dotação prevista.

- **Administração de Recursos Humanos dos Servidores e da Magistratura**

Quanto às ações voltadas para a execução da folha de pagamento dos servidores do TJPA, estas totalizam oito pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, sendo seis para pagamento de servidores e duas de magistrados, conforme quadro abaixo.

Quadro XI – Programa e Ação-Projeto Atividade

Programa	Ação - Projeto-Atividade
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio- FRJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 2º grau - TJ

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2024-2027 - Exercício 2024, os valores executados por meio do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário –

FRJ, correspondentes aos servidores, foi de R\$ 44.780.235,00, atingindo 99,76% da dotação prevista e atualizada.

Para as ações pertinentes à unidade jurisdicionada “Tribunal de Justiça do Pará-TJE”, verificou-se que as três ações desta conta, referente às áreas do 1º grau, 2º grau e Apoio, tiveram suas execuções financeiras de 99,86%, para uma execução física de 86%.

As últimas duas ações, Quadro 07 do programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, voltadas para execução do pagamento dos magistrados do TJPA, também pertencentes à unidade jurisdicionada TJE, demonstram uma relação físico-financeira em consonância com o previsto de R\$ 424.284.891,00 para o 1º grau e R\$ 64.276.406,00 destinados ao 2º grau, visto que, o valor financeiro realizado, para o 1º e 2º grau, foi de 100% e 88,8%, para uma meta física de 107,4% e 103,6%, respectivamente.

- **Pagamentos de obrigações Patronais dos servidores Inativos e Pensionistas**

Esta ação atendeu 662 servidores inativos e pensionistas e 108 magistrados inativos e pensionistas, correspondendo da meta física programada, 89% e 309%, respectivamente.

Percebe-se que, nos pagamentos de obrigações Patronais dos magistrados Inativos e Pensionistas, apresentou-se uma execução superior à três vezes o programado da meta física. Isso decorreu de um planejamento subestimado, que foi de 38 magistrados, quando o atendimento realizado foi de 108 magistrados beneficiados.

Para a realização das duas ações foram desembolsados R\$ 37.941.165,00, correspondendo 99,99% da dotação atualizada, aproximadamente, com atendimento de 99,35% da meta física.

2.1.3. Outras Informações Relacionadas a Pessoas

Quanto a outros aspectos gerenciais relacionados à Gestão de Pessoas, coletou-se dados junto à Secretaria de Gestão de Pessoas deste PJPA, o que possibilitou à SEAUD proceder uma avaliação ainda mais ampla em temas como progressão funcional e estágio probatório, como se pode constatar através do quadro abaixo.



Quadro XII - Quadro resumo da evolução de servidores

	Em 2023	Em 2024
Servidores que obtiveram progressão funcional (vertical e horizontal) do Quadro de Servidores do TJPA	696	1494
Servidores com avaliação positiva no Estágio Probatório e que adquiriram o direito a estabilidade	50	88
Servidores com Processos Administrativos abertos (servidores que ainda não completaram 03 anos)	323	437

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal/SEGEP

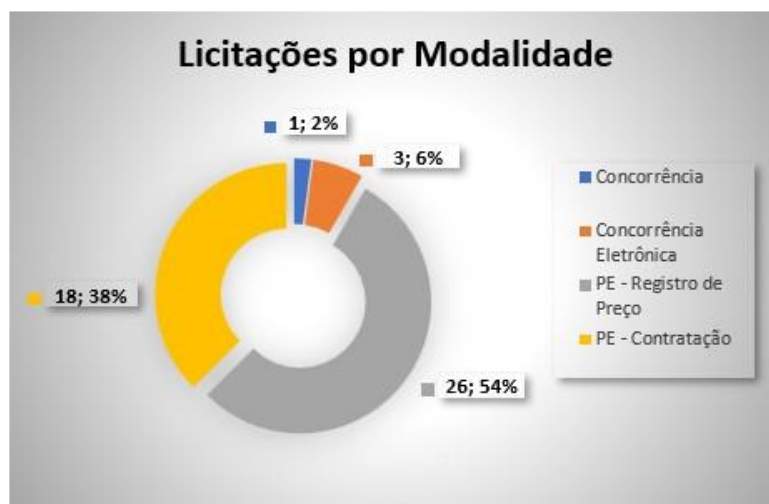
Além disso, este PJPA vem mantendo o teletrabalho, instituído pela Portaria nº 2738/2020-GP, de 01 de dezembro de 2020, no qual 544 servidores e servidoras realizaram suas atividades laborais à distância em 2024.

2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações

2.2.1. Das Licitações

No decorrer do exercício 2024, o Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA) realizou 48 procedimentos licitatórios visando as aquisições de bens e contratações de serviços necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Gráfico 11 – Licitações por modalidade



As modalidades de licitações realizadas pelo PJPA foram distribuídas no decorrer do ano de 2024 da seguinte forma:

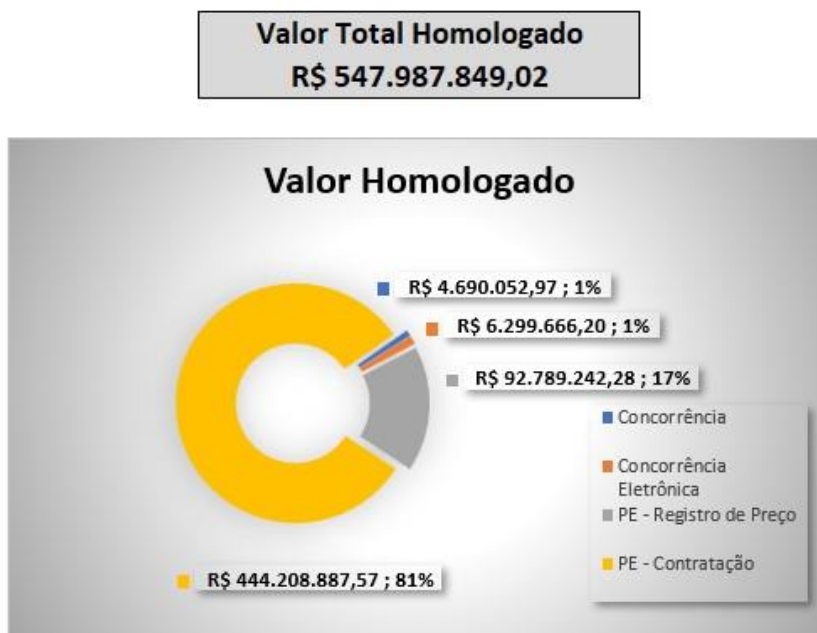
- **Concorrência:** nesta modalidade realizou-se um certame para realização de obra e serviço de engenharia, com valor homologado totalizando R\$ 4.690.052,97;
- **Concorrência Eletrônica:** três certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valores homologados totalizando R\$ 6.299.666,20; e
- **Pregão Eletrônico:** foi a modalidade licitatória mais utilizada para as aquisições e contratações realizadas pelo PJPA no exercício 2024. No total, foram realizadas 44 licitações na modalidade em epígrafe, sendo 26 pelo Sistema de Registro de Preços e 18 no modelo ordinário da modalidade, para aquisição de material de consumo, material permanente, contratação de obras e serviços de engenharia, de serviços de terceiros, terceirização e contratos de TI. Pelo Sistema de Registro de Preços, os valores homologados em licitação totalizaram R\$ 92.789.242,28. Já pela via comum do Pregão Eletrônico, os valores homologados em licitação totalizaram R\$ 444.208.887,57.

Os valores estimados de todas as licitações publicadas no exercício totalizam R\$ 778.965.177,97. Cumpre considerar, contudo, o total de nove certames desertos,

fracassados, revogados ou ainda em andamento, com valores estimados que somam a quantia de R\$ 45.805.201,36.

No total, considerando todas as licitações realizadas, excluindo as licitações desertas, fracassadas, revogadas e as ainda não finalizadas, os valores homologados totalizaram R\$ 547.987.849,02.

Gráfico 12 – Valor homologado



Os procedimentos licitatórios dos quais resultaram contratações possibilitaram a este PJPA a seleção das propostas mais vantajosas, o que proporcionou um deságio total de 25,25% em relação ao valor previamente estimado para tais contratações, o que representou uma economia de R\$ 185.172.127,59.

Quadro XIII– Deságio no valor contratado

Deságio no Valor Contratado

Valor Total Estimado R\$ 778.965.177,97:

- Valor Estimado 1 R\$ 733.159.967,61¹

- Valor Estimado 2 R\$ 45.805.201,36²

Valor Total Homologado R\$ 547.987.849,02

Percentual de Deságio 25,25%

¹Licitações das quais resultaram contratações.

²Licitações desertas, fracassadas, revogadas, etc.

Em relação à natureza das contratações, o maior número de certames foi concentrado na categoria *Serviço de Terceiro*, tendo sido realizados 17 procedimentos licitatórios visando contratações desta natureza. As contratações de *Serviço de Terceiros* também foram responsáveis pela maior fatia de recursos orçamentários utilizados nas contratações, em percentual equivalente a 70% do valor total contratado pelo PJPA em 2024.

Gráfico 13 – Natureza da contratação

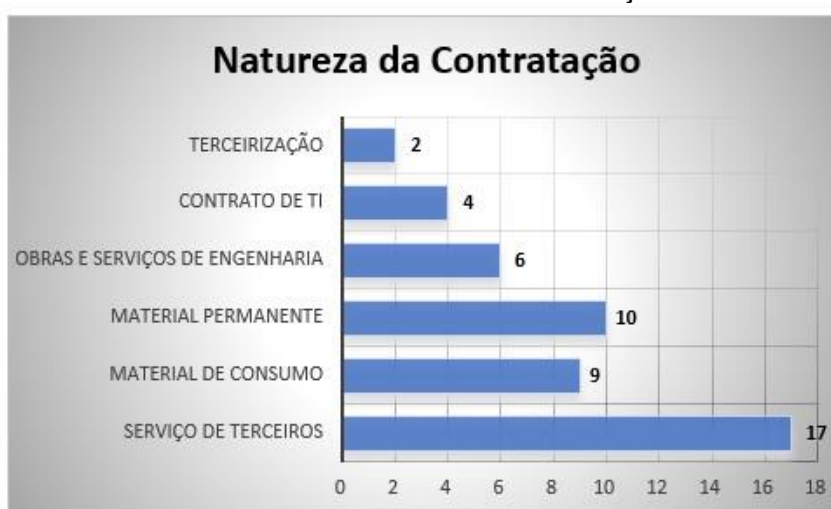
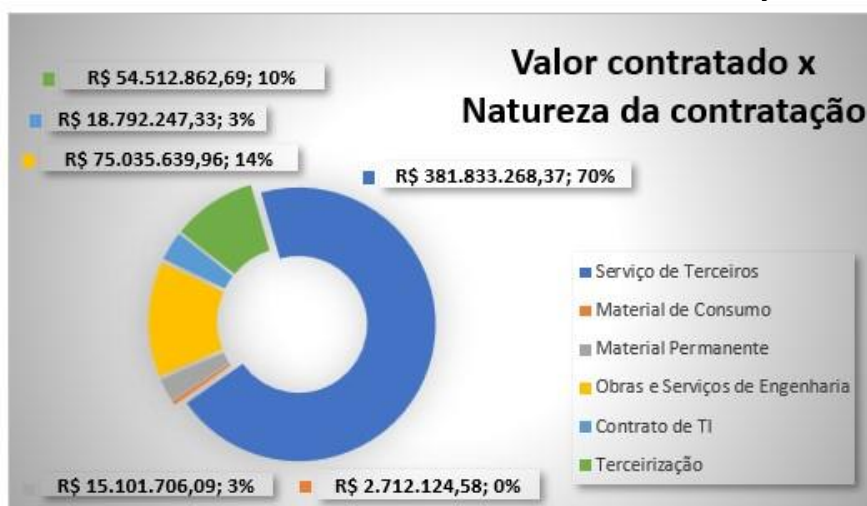


Gráfico 14 – Valor contratado x Natureza da contratação



2.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades

Em respeito ao princípio da supremacia do interesse público, a Constituição Federal exige, como regra geral, que a Administração realize licitação prévia para formalizar suas contratações, a fim de obter propostas mais vantajosas para o erário público. Porém, há situações em que a licitação formal se mostra impossível ou

frustrante à realização adequada das funções administrativas. A legislação previu situações em que a Administração tem a faculdade de proceder contratações diretas, estabelecendo hipóteses em que a licitação é dispensável ou inexigível.

Assim, foram informadas na Relação de Dispensas e Inexigibilidades (modelo M.10), 223 contratações/aquisições realizadas por procedimentos de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

- **Dispensas (Art. 75 da Lei nº 14.133/2021)**

Foram realizadas 91 contratações por meio de dispensa de licitação, fundamentadas nos incisos II, VIII e XV do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

O valor total da despesa realizada com contratações oriundas de dispensa de licitação foi de R\$ 1.269.999,39, para aquisição de material de consumo, material permanente, contratação de serviços de terceiros, de obras e serviços de engenharia e com contrato de TI.

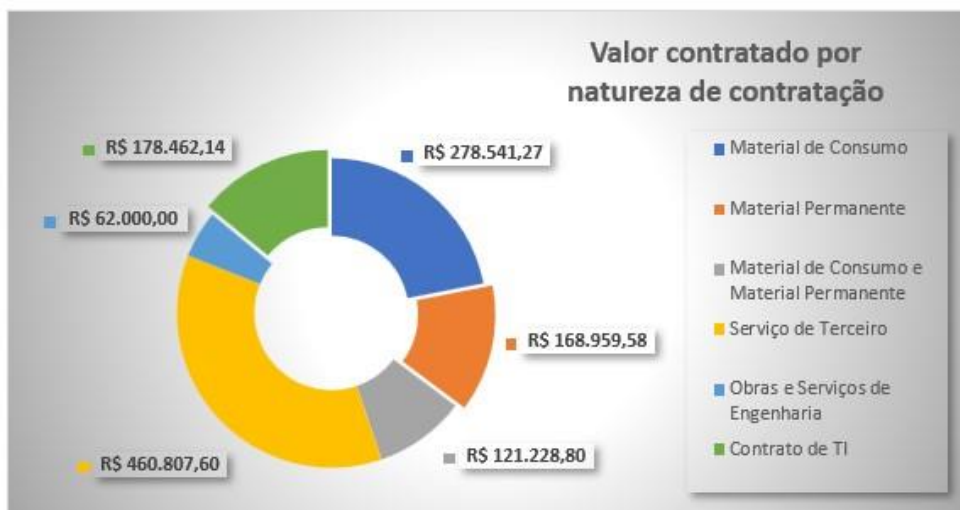
Gráfico 15 – Dispensa – Valor contratado por fundamentação legal



O maior volume de contratações diretas por dispensa de licitação foi para *serviços de terceiros* cujas despesas totalizaram R\$ 460.807,60, o que corresponde a 36% do valor total gasto com contratações fundamentadas no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação de maior impacto orçamentário foi a de natureza *serviço de terceiro*, relativa à contratação de instituição especializada em planejar, organizar e realizar concursos públicos, para seleção e preenchimento de 50 vagas e cadastro de reserva de residentes jurídicos no âmbito do TJPA, no valor de R\$ 240.000,00.

Gráfico 16 – Dispensa – Valor contratado por natureza da contratação



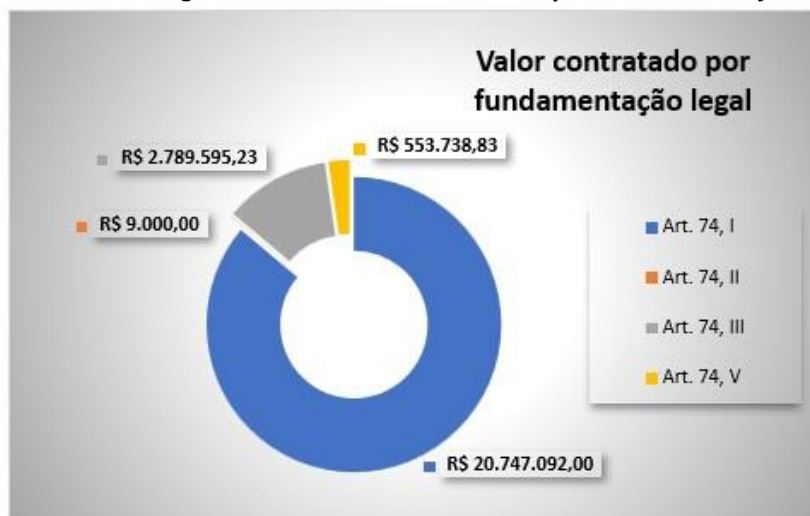
- **Inexigibilidades (Art. 74 da Lei nº 14.133/2021)**

Já no que se refere às contratações diretas efetuadas pelo PJPA em 2024 mediante inexigibilidade de licitação, foram realizados 132 procedimentos, fundamentados no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

Destes, 118 procedimentos foram fundamentados no artigo 74, inciso III alínea f, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto principal foi a contratação de cursos e docentes (professores, tutores e conteudistas), o que equivale a 89% do total de inexigibilidades formalizadas pelo PJPA no exercício.

No que tange aos recursos orçamentários utilizados, o valor das despesas com contratações por inexigibilidade de licitação totalizou R\$ 24.099.426,06.

Gráfico 17 – Inexigibilidade – Valor contratado por fundamentação legal



O maior volume de contratações diretas por inexigibilidade de licitação foi para *serviços de terceiros* cujas despesas totalizaram R\$ 18.647.636,06, o que corresponde a 77% do valor total gasto com contratações fundamentadas no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação de maior impacto orçamentário foi a de natureza *serviço de terceiro*, relativa ao contrato para fornecimento de energia elétrica, no valor de R\$ 14.400.000,00.

Gráfico 18 – Inexigibilidade – Valor contratado por natureza da contratação



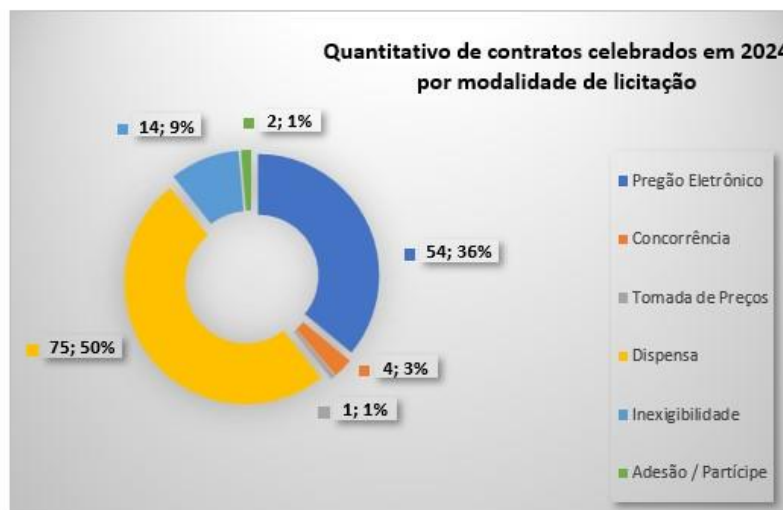
2.2.3. Dos Contratos Vigentes em 2024

- **Dos contratos celebrados em 2024**

No exercício 2024, o Poder Judiciário do Estado do Pará celebrou 152 novos contratos, originados de procedimentos licitatórios, de adesões a atas de registro de preços ou por meio de contratações diretas por dispensas ou inexigibilidades de licitação, conforme demonstrativo abaixo:

- 75 contratos formalizados através de dispensa de licitação
- 54 contratos decorrentes de pregões eletrônicos;
- 14 contratos formalizados através de inexigibilidade de licitação;
- dois contratos originados de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos;
- quatro contratos decorrentes de concorrência;
- um contrato decorrente de tomada de preços; e
- dois termos de cessão cuja origem não foi especificada.

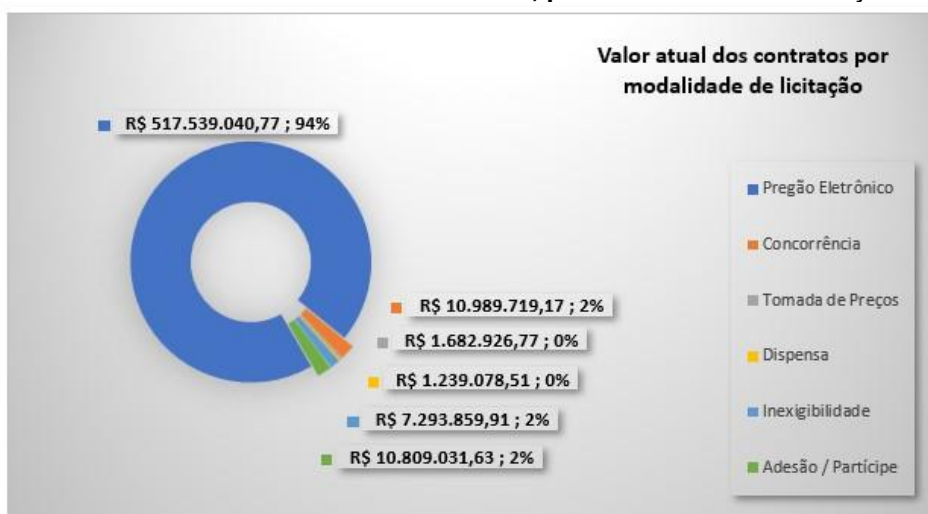
Gráfico 19 – Quantitativo de contratos celebrados em 2024, por modalidade de licitação



Os contratos pactuados em 2024 apresentaram valores iniciais totais de R\$ 540.711.588,82. Todavia, após a realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, os contratos celebrados em 2024 tiveram valores atualizados, totalizando R\$ 549.553.656,76.

Em relação às modalidades de licitação e as contratações delas decorrentes, os contratos originados de pregões eletrônicos foram os que representaram o maior volume de despesas efetuadas pelo PJPA em 2024, totalizando R\$ 509.113.553,79, o que equivale a 94% de toda a despesa realizada pelo PJPA com os contratos administrativos firmados no exercício.

Gráfico 20 – Valor atual dos contratos, por modalidade de licitação

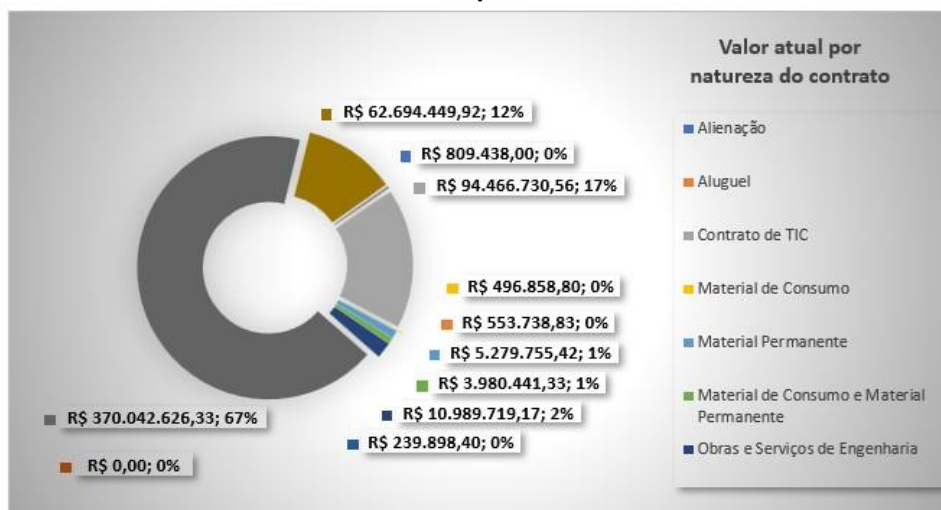


Já no que se refere à natureza das contratações, o maior volume diz respeito a contratações de *Serviços de Terceiros*, cujos valores

totalizam R\$ 369.626.046,28, representando 68% das contratações formalizadas no exercício de 2024.

Em segundo lugar no *ranking* de contratações mais volumosas no que tange aos recursos orçamentários utilizados, representando 17% do total, estão os *Contratos de TIC*, cujos valores totais foram de R\$ 94.466.730,56.

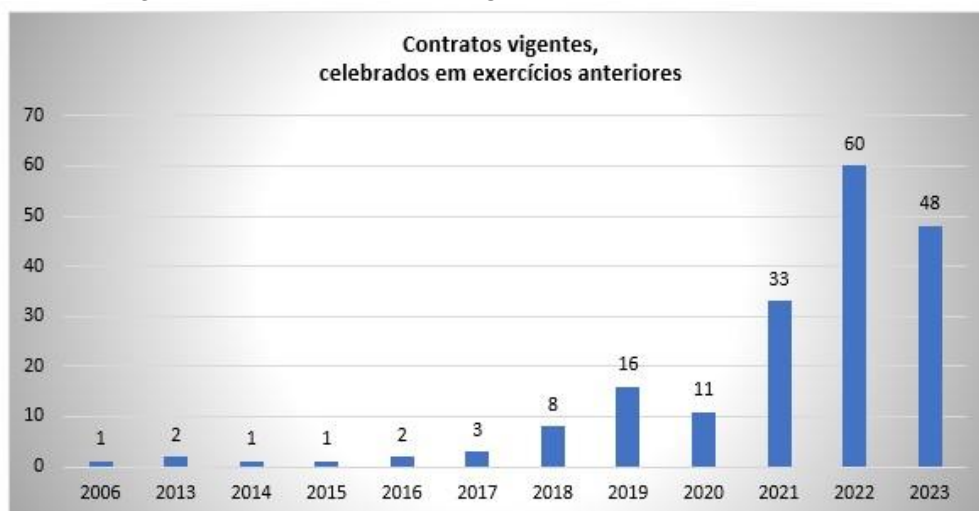
Gráfico 21 – Valor atual por natureza do contrato



- **Contratos celebrados em exercícios anteriores, vigentes em 2024**

Além dos contratos formalizados no exercício de 2024, o Poder Judiciário do Estado do Pará realizou despesas relacionadas a 186 contratos vigentes, celebrados em exercícios anteriores, conforme demonstrativo abaixo:

Gráfico 22 – Quantitativo de contratos vigentes celebrados em exercícios anteriores



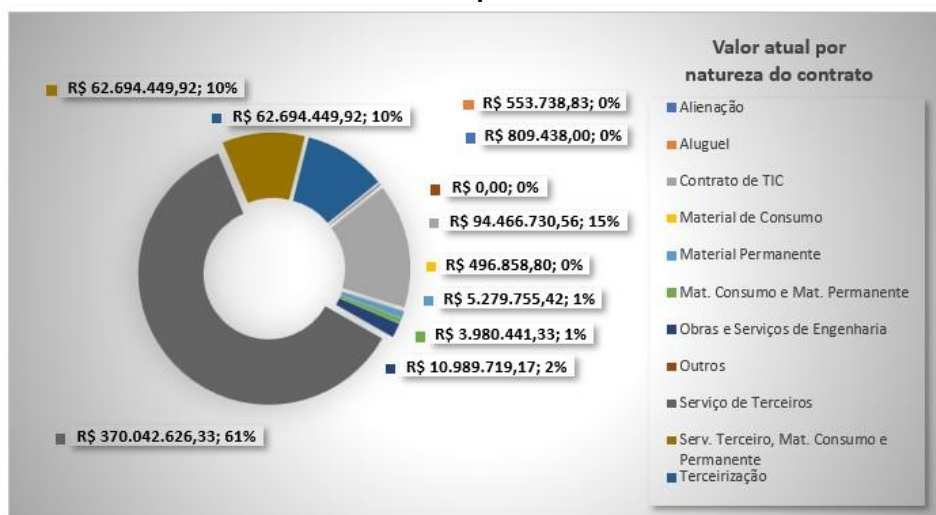
Os contratos formalizados em exercícios anteriores, ainda vigentes em 2024, apresentavam valores iniciais totais de R\$ 357.016.198,41. Todavia, após a

realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, os contratos de exercícios anteriores tiveram valores atualizados, totalizando R\$ 386.954.896,82.

Os contratos vigentes mais antigos, pactuados entre os exercícios de 2006 a 2017, referem-se em sua maioria a contratos de locação de imóveis para instalação e funcionamento de unidades judiciais e administrativas do TJPA.

Em relação à natureza dos contratos, o maior volume de despesas diz respeito a Contratos de TIC, cujos valores atuais totalizam R\$ 137.674.682,44, representando 35% das contratações formalizadas em exercícios anteriores, vigentes em 2024. Em segundo lugar, representando 34% do total, estão os contratos de Serviços de Terceiro, cujos valores totais somam R\$ R\$ 133.279.546,51.

Gráfico 23 – Valor atual por natureza do contrato



2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

2.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Atualmente o PJPA conta com um acervo de 230 imóveis utilizados para prestação jurisdicional, distribuídos em 121 comarcas, os quais demandam constante atenção e cuidado, posto o seu grau de relevância no mister do órgão.

Nesse sentido, os esforços internos para gerenciar essas demandas foram atribuídos à Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEENG, a quem compete, na medida de sua delegação, estabelecer medidas de restauro, conservação, manutenção e expansão de referido acervo.

No que se refere ao Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027, exercício 2024, o volume de recursos alocados em obras e serviços de

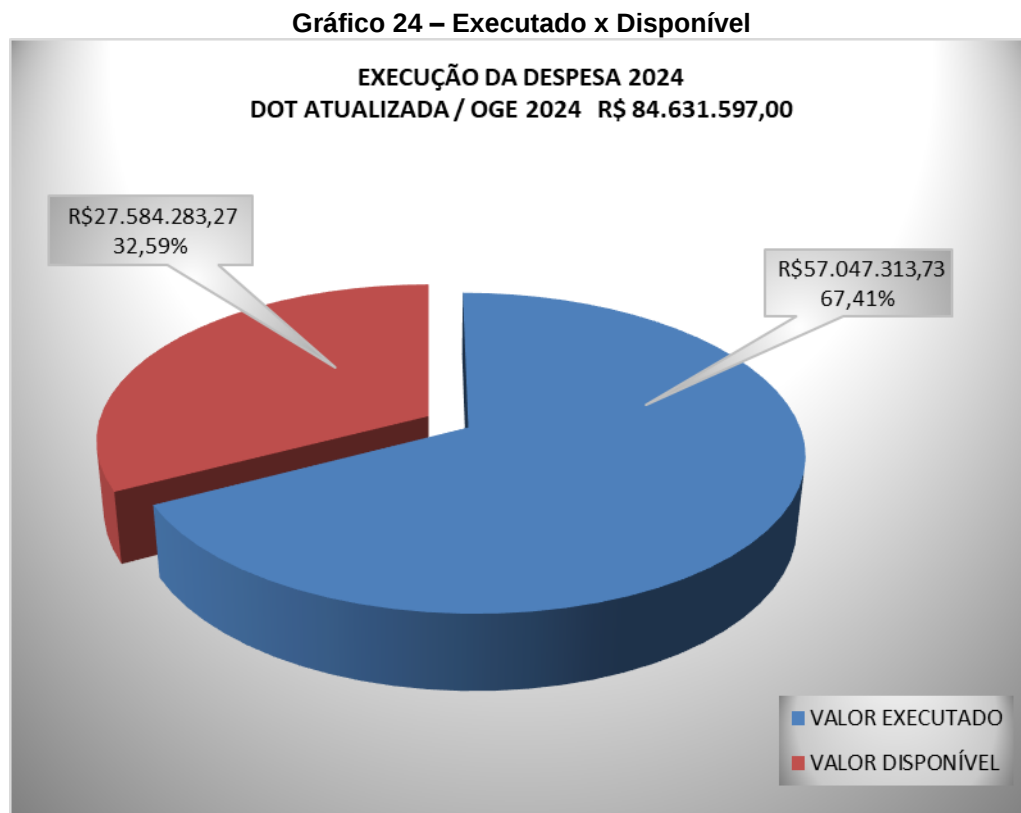
engenharia no **programa Atuação Jurisdicional**, com o objetivo de Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica foi na ordem de **R\$ 82.653.719,00** e o realizado foi no valor de **R\$ 55.403.022,87**, refletindo **67,03%** do previsto.

Apesar do programa Atuação Jurisdicional abranger, entre outras, as ações que envolvem as obras e serviços de engenharia do PJPA, o Poder Executivo desenvolveu o programa Governança Pública, com objetivo de prover a governabilidade do Poder Executivo e abarcar as obras de construção, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, pelo qual delega competência ao Tribunal de Justiça, para a gestão e execução das ações que realizam em parceria.

O referido programa possui ação única, qual seja, a Construção de Imóveis Públicos Estaduais, e nela estão contidas obras de construção de dois novos Fóruns.

Os recursos previstos para o **programa Governança Pública** foram na ordem de **R\$ 1.977.878,00** e o executado foi no valor de **R\$ 1.644.390,50**, o que representa **83,14%** do programado.

Segue abaixo planilha e gráfico com a representação da execução financeira, com a dotação prevista e o desembolso efetivamente realizado no exercício.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024.



Quadro XIV - Execução físico-Financeira

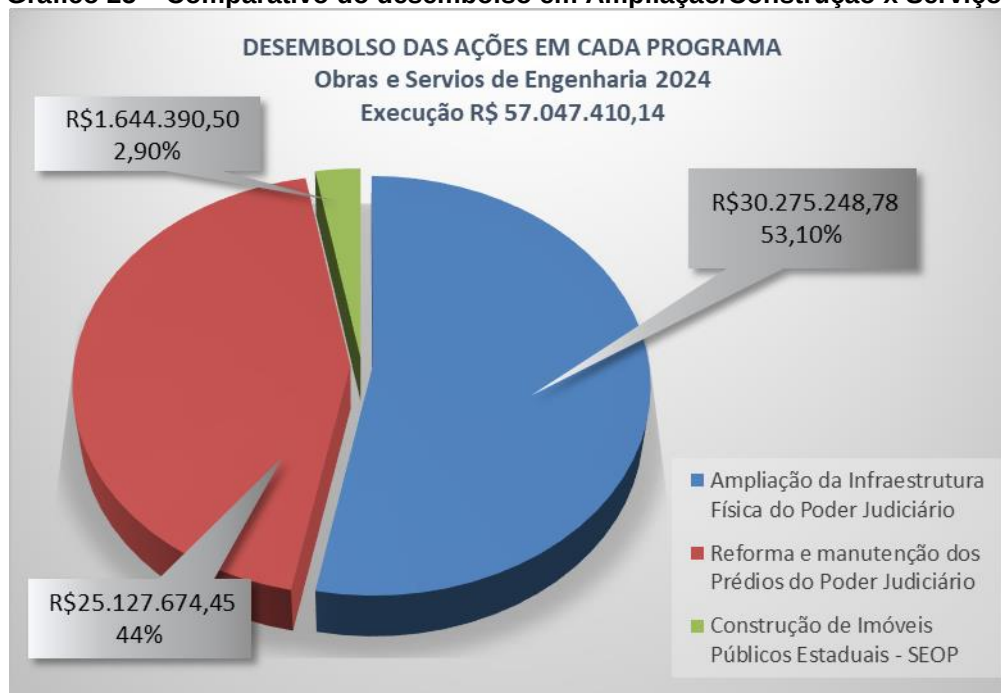
Programa	Ação	Execução da Despesa					Meta física		
		Dot/ Atualizada OGE 2024	Executado R\$	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Atuação Jurisdicional	Ampliação da Infraestrutura Física	46.967.806,00	30.275.348,42	64,46%	7.652.099,00	35,54%	12	10	83,33%
	Reforma e Manutenção de Prédios	35.685.913,00	25.127.674,45	70,41%	12.700.487,00	29,59%	145	149	102,75%
Governança Pública	Construção de Imóveis Públicos Estaduais SEOP/TJ	1.977.878,07	1.644.390,50	83,14%	5.746.935,00	16,86%	0	2	-
TOTAL		57.623.695,00	57.047.413,37	67,41%	27.584.186,86	32,59%	157	161	102,55%

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

No quadro acima percebe-se que a meta programada logrou êxito, visto que o percentual de execução físico geral foi de 102,55% alcançado com 67,41% de execução financeira, com um total executado em obras e serviços de engenharia, na ordem de R\$ 57.047.410,14.

O gráfico abaixo demonstra que o projeto atividade Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário foi o que demandou maior desembolso no período, ao contrário do exercício anterior, quando os serviços de Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário ficaram na frente em relação à execução da despesa. Ante os dados apresentados, verificou-se que essa mudança se deve à aquisição do prédio do Colégio Salesiano Alferes Costa que está sendo adaptado para o funcionamento do Novo Complexo Judiciário da Capital.

Gráfico 25 – Comparativo do desembolso em Ampliação/Construção x Serviços



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024.

2.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia dentro do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2024, a SEENG consolidou suas atividades em ações concretizadas na aquisição de 01 imóvel; 05 obras de construção; 06 obras de reforma e/ou ampliação; 02 serviços de levantamento topográfico; sondagem incluindo projeto executivo; 01 serviço de ampliação da subestação elétrica do prédio; diversos serviços de manutenção no Prédio Sede; no Arquivo Geral da Br-316; no Almoxarifado da Cidade Velha; na SGP ; na Casa Amarela I e II; no Complexo Augusto Montenegro - Almoxarifado e Datacenter; no Arquivo da Cidade Velha; no Prédio da Divisão de Manutenção da Secretaria de Engenharia; no Estacionamento do Fórum Criminal da Capital, no Serviço Médico e Odontológico; na Nova EJPA - Escola Judicial do Pará; nos Centros Administrativos Regionais de Marabá e Santarém e nos prédios destinados a Arquivos de Santarém.

Das 63 contratações, 01 ocorreu por dispensa de licitação e 62 foram licitadas nas seguintes modalidades: 09 concorrências, 02 tomadas de preço e 51 por meio de pregão eletrônico.

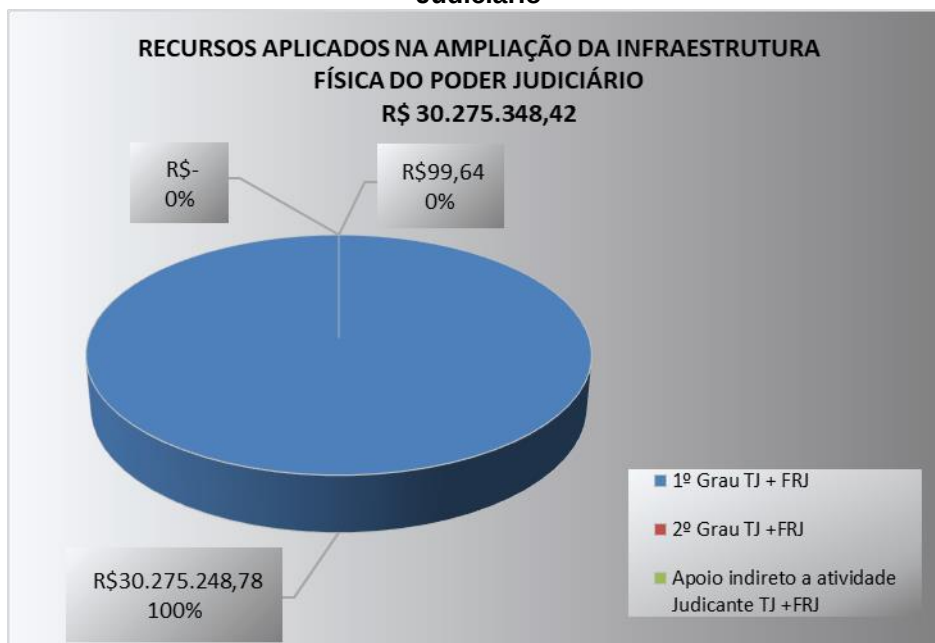
A partir dos dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027, exercício 2024, segue a distribuição de recursos investidos em obras e serviços de engenharia, em cada projeto-atividade ao longo dos programas:

2.3.3. Programas Atuação Jurisdicional

2.3.3.1. Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário

Em análise às ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º grau (FRJ) foram os que demandaram quase a totalidade do desembolso, representando 99,99% dos recursos destinados a este projeto-atividade. No 2º grau foi liquidado somente o valor correspondente a um projeto executivo para ampliação da subestação de energia elétrica do Prédio Sede, e no apoio indireto houve apenas o pagamento de uma anotação de responsabilidade técnica - ART, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 26 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada Ação (projeto-atividade) dividida por grau de jurisdição:

Quadro XV - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física

Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	Execução da Despesa (Financeiro)					Meta física		
	Dot/ Atualizada OGE 2024	Executado R\$	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. Un.	Exec. Un.	Exec. %
1º grau TJ + FRJ	46.904.856,00	30.275.248,78	64,55%	16.629.607,22	35,45%	10	9	90%
2º grau - FRJ	-	-	-	-	-	1	1	100%
Apoio Indireto a Atividade Judicante - FRJ	62.950,00	99,64	0,16%	62.850,36	99,84%	1	0	0%
TOTAL	46.967.806,00	30.275.348,42	64,46%	16.692.457,58	35,54%	12	10	83,33%

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 46.967.806,00, tendo sido executado a importância de R\$ 30.275.348,42.

Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 64,46% e da meta física foi de 83,33%, o que representa uma boa gestão dos recursos financeiros e entrega com economia de 35,54% em relação ao custo orçado.

Ações:

- **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ e TJ**

A ação contemplou, entre outras, a construção do novo Fórum de Concórdia do Pará, do prédio anexo ao Fórum de Castanhal, do Novo Fórum de Santo Antônio do Tauá, a ampliação e reforma do Fórum de Oriximiná, do Fórum de Tailândia, do Fórum de Barcarena, da conclusão da construção do Novo Fórum de Salinópolis e da construção de prédio anexo ao Fórum de Marituba, a aquisição do prédio do Colégio Salesiano Alferes Costa para a construção do Complexo Judiciário do Pará, além de projetos diversos para atender diferentes unidades do 1º grau.

Ressalta-se que a obra de construção do Novo Fórum de Salinópolis foi executada mediante Termo de Execução Descentralizada, assinado em parceria com o Governo do Estado do Pará, apresentando apenas uma pequena parte do desembolso por meio da presente Ação.

- **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

Não houve previsão e nem desembolso para essa ação, no entanto, houve a entrega da ampliação da subestação de energia elétrica do Prédio Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

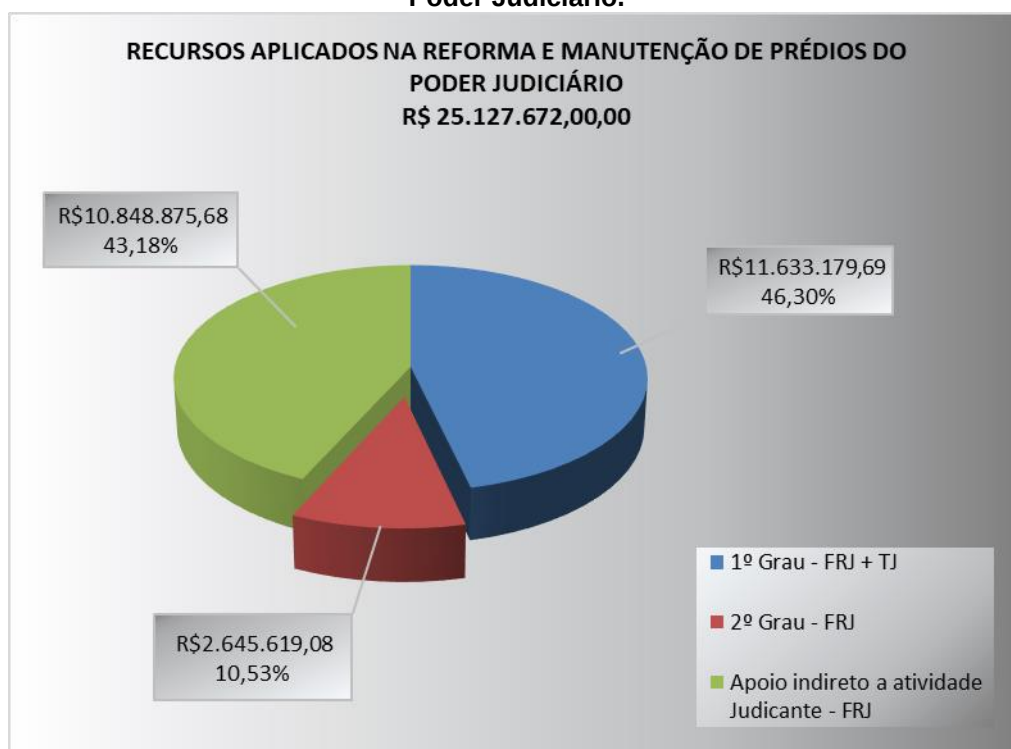
- **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante – FRJ e TJ**

Nesta ação houve somente o pagamento de uma ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, documento obrigatório para a fiscalização de obras, portanto não houve entrega dos produtos planejados, deste modo, sem alcance das metas físico e financeira.

2.3.3.1.1. Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário

Em análise às ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º Grau (FRJ e TJ) e Apoio (FRJ) apresentaram desembolso aproximados, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 27 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada projeto-atividade:

Quadro XVI - Execução físico-financeira da Reforma e Manutenção dos Prédios do PJPA

Reforma e manutenção dos Prédios do Poder Judiciário	Execução da Despesa (Financeiro)					Meta física		
	Dot/Atualizada OGE 2024	Executado %	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. Un.	Exec. Un.	Exec. %
1º grau – FRJ + TJ	18.995.482,00	11.633.179,69	65,0%	7.362.302,31	38,76%	137	126	98,54%
2º grau - FRJ	3.964.615,00	2.645.619,08	48,2%	1.318.995,92	33,27%	1	1	100,00%
Apoio indireto a atividade Judicante - FRJ	12.725.816,00	10.848.875,68	55,9%	1.876.940,32	14,75%	7	13	185,71%
TOTAL	35.685.913,00	25.127.674,45	70,41%	10.558.238,55	29,59%	145	149	102,76%

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

Para o projeto-atividade Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 35.685.913,00, tendo sido executado a importância de R\$ 25.127.674,45. Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 70,41% e a média da meta física ficou 102,76%.

Diante do exposto, denota-se entrega de produtos superior ao planejado, com economia de 29,59% em relação aos custos orçados. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se ótima gestão dos recursos financeiros.

Ações:

- **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ e TJ**

A ação contemplou reformas e manutenções em 135 unidades. O percentual de execução da meta financeira foi de 61,24% e 98,54% da meta física, revelando o alcance do quantitativo físico programado, e demonstrando uma boa administração dos recursos financeiros, em face ao executado.

- **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

Esta ação envolveu os serviços de reforma e aquisição de materiais, para a manutenção do Prédio Sede. Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 66,73%, atingido na meta financeira foi suficiente para o alcance da meta física. Com o cenário apresentado, percebe-se que houve a entrega do produto planejado com economia de 33,27% em relação a execução das despesas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma boa gestão dos recursos financeiros.

- **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante – FRJ.**

Nesta ação foram realizadas manutenções em 13 unidades distintas, quando o programado era em apenas 7 unidades.

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 85,25% da execução financeira, foi suficiente para superar a meta física em 85,71%.

Do panorama exposto percebe-se que houve entrega superior ao planejado, e com economia de 14,75% em relação a execução das despesas.

Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma eficiente gestão dos recursos financeiros.

2.3.4. Programa Governança Pública

Nesse programa, por meio de TED, houve a delegação de competências da SEOP ao TJPA para a execução de obras que estão inseridas na única ação que possuem em parceria.

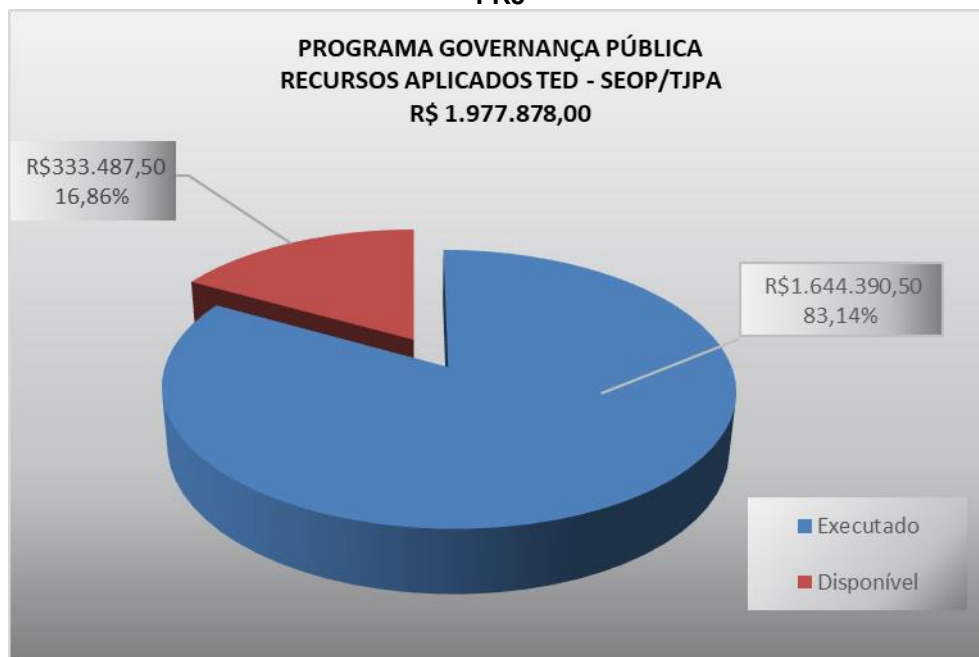
Ação:

▪ Construção de imóveis Públicos Estaduais – FRJ.

De acordo com o Relatório de Avaliação do PPA, as obras abarcadas são a construção do novo Fórum de Salinópolis e a construção do novo Fórum de São Félix do Xingu.

O gráfico a seguir, alusivo ao recurso aplicado, representa a participação da execução da despesa sobre a dotação atualizada de R\$ 1.977.878,00.

Gráfico 28 – 29 Desembolso de recursos na ação Construção de Imóveis Públicos Estaduais – FRJ



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira do projeto-atividade:

Quadro XVII - Execução físico-financeira da Construção de Imóveis Públicos Estaduais (Seop-TJPA)

Ação	Execução da Despesa					Meta física		
	Dot/ Atualizada OGE 2023	Executado R\$	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Construção de Imóveis Públicos Estaduais - SEOP/TJPA	1.977.878,07	1.644.390,50	83,14%	333.487,57	16,86%	0	2	-

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 – Exercício 2024

Como demonstra o quadro, não houve programação de obras para esta ação, visto que as duas atendidas são remanescentes de exercícios anteriores, no entanto, houve a conclusão das referidas obras ao longo do ano de 2024

2.4. Avaliação da Gestão de TI

A administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará entende que a garantia da manutenção e do desenvolvimento efetivo da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é requisito crítico para o bom desempenho de sua missão institucional, tanto no que diz respeito às atividades meio quanto para a execução de sua obrigação jurisdicional. Desta forma, o planejamento e execução de ações na área de TIC necessitam de atenção ao longo do tempo.

Nesse mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução CNJ nº 370/2021, estabeleceu no art. 11 a realização anual do diagnóstico que tem por finalidade a mensuração da maturidade em TIC dos órgãos submetidos ao seu controle administrativo e financeiro. Para isso, o CNJ criou o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) que classifica os Tribunais de acordo com o seu grau de maturidade: “Baixo”, “Satisfatório”, “Aprimorado” e “Excelência”. Em 2024, o TJPA obteve a nota 96,13 alcançando o grau de “Excelência” em maturidade de TIC nessa avaliação, conforme quadro a seguir:

Quadro XVIII - iGovTIC-JUD

TJPA	iGovTIC-JUD			
	2021	2022	2023	2024
Resultado	72,00	80,65	85,11	96,13
Maturidade	Aprimorado	Aprimorado	Aprimorado	Excelência

Com relação às iniciativas na área de TIC, contidas no Plano de Gestão 2023-2025, foram planejadas e aglutinadas no macrodesafio intitulado “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados”, o qual foi subdividido em duas iniciativas estratégicas e dezessete ações, como registrado no diagrama abaixo:

Quadro XIX - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados

Macrodesafio: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS		
Iniciativas Estratégicas:	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC.	
Ações:	01.	Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais.
	02.	Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA.
	03.	Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações.
	04.	Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC.
	05.	Implantar solução de infraestrutura em nuvem.
	06.	Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC.



		07. Aprimorar a arquitetura lógica de DataCenter.
		08. Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias.
		09. Implantar serviço de VOIP.
		10. Instalar solução de WiFi
		11. Migrar Banco de dados do Sistema Arrecadação Extrajudicial de Oracle Database 10g para Oracle Database 19c
		12. Implantar nova solução de backup
		13. Implantar novos clusters Openshift
		14. Integrar o PJe à plataforma consumidor.gov.br
		Aprimoramento do Domínio de Governança e Gestão de TIC.
Ações:		15. Implementar o processo de Segurança de informação.
		16. Estruturar o monitoramento da segurança de informação.
		17. Implantar processos de Gerenciamento de TIC.

Fonte: Plano de Gestão do TJPA (2023-2025).

A partir de então, foram realizadas análises das ações desenvolvidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPA para verificar a sua conformidade com as ações previstas nesse Plano de Gestão 2023-2025, conforme análise a seguir:

Ação 12.1.1 Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais: Foram implantados mecanismos para execução dos projetos de Inteligência Artificial e capacitação de servidores para aplicação de Inteligência Artificial - infraestrutura, ferramentas e técnicas.

Ação 12.1.2 Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA: Foram implementadas técnicas de mineração de texto que consiste em uma série de aplicações que utilizam Inteligência Artificial para otimizar a análise e a classificação de decisões judiciais e outros documentos no sistema.

Ação 12.1.3 Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações: Criou-se o relatório de aperfeiçoamento da gestão das aplicações com implantação da ferramenta SonarQube e ampliadas as utilizações das tecnologias JUnit, XUnit, OpenShift e Selenium.

Ação 12.1.4 Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC
Responsável: Desenvolveu-se um canal de atendimento automatizado dos serviços de TIC com a utilização de ferramentas e soluções tecnológicas com o intuito de simplificar e agilizar os processos internos, bem como reduzir seus custos aplicados aos atendimentos dos serviços de TIC.

Ação 12.1.5 Implantar solução de infraestrutura em nuvem: Disponibilizou-se infraestrutura em nuvem para hospedar aplicações que hoje encontram-se unicamente nas dependências do Tribunal, possibilitando mais disponibilidade e escalabilidade.

Ação 12.1.6 Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC Responsável: Foi realizada automação da coleta automática da configuração dos ativos de infraestrutura, subsidiando disciplinas como Gerência de Configuração, Mudança e Incidentes.

Ação 12.1.7 Aprimorar a arquitetura lógica de DataCenter Responsável: Realizadas ações para melhoria da arquitetura lógica de DataCenter com as premissas de segurança, alta disponibilidade e escalabilidade.

Ação 12.1.8 Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias Responsável: A Rede de circuitos de dados foi reestruturada e atualizada considerando as premissas de segurança, alta disponibilidade e escalabilidade.

Ação 12.1.9 Implantar serviço de VOIP Responsável: Implantado o serviço de VoIP, que é a interligação da estrutura de telefonia com os circuitos de dados.

Ação 12.1.10 Instalar solução de WiFi Responsável: Foram instalados 1627 APs de wifi implantados em 149 unidades judiciais, finalizando o projeto em 100% das unidades em todo o estado do Pará.

Ação 12.1.11 Migrar Banco de dados do Sistema Arrecadação Extrajudicial de Oracle Database 10g para Oracle Database 19c: Foi realizada a migração do banco de dados do sistema de arrecadação extrajudicial de produção para Oracle Database 19c e realizado os ajustes no sistema de arrecadação extrajudicial de produção para Oracle Database 19c.

Ação 12.1.12 Implantar nova solução de backup: foi implantada a infraestrutura e posteriormente realizado a migração das rotinas de backup para a nova solução. Essa nova solução de backup estará no escopo da Auditoria sobre o backup de informática a ser realizada entre abril e agosto de 2025.

Ação 12.1.13 Implantar novos clusters Openshift Foi realizada a instalação dos novos clusters.

Ação 12.1.14 Integrar o PJe à plataforma consumidor.gov.br: Realizada a etapa de análise da integração entre a plataforma "Consumidor.gov" e o sistema PJe, proporcionando uma visão detalhada sobre as possibilidades de interoperabilidade entre as duas plataformas. A partir de então, a implementação da integração entre a plataforma "Consumidor.gov" e o sistema PJe foi concluída e as soluções técnicas estão plenamente operacionais em ambiente de produção.

Ação 12.2.1 Implementar o processo de Segurança de informação
Processo de Segurança da Informação: Estão sendo executadas ações relacionadas à segurança da informação na unidade. Dada a complexidade do processo, ele deverá, no futuro, ser objeto de uma auditoria específica para a avaliação de sua conformidade.

Ação 12.2.2 Estruturar o monitoramento da segurança de informação: Foram criados os artefatos para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento de ambiente tecnológico, prevenção de ameaças cibernéticas e resposta à incidentes de segurança da informação por meio do processo TJPA-PRO-2024/568, no entanto, a contratação ainda não foi concluída.

Ação 12.2.3 Implantar processos de Gerenciamento de TIC: Foi realizada avaliação e implantada melhorias nos processos de gerenciamento de serviços de TIC, que viabilizarão uma maior eficiência na operação do ambiente tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Para cumprir as iniciativas estratégicas definidas no Macroprocesso "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados", além de outras ações operacionais, o volume de recursos alocados no programa Atuação Jurisdicional na ação "Atualização, expansão e manutenção da infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário" foi de R\$ 103.392.962,00. Já o volume realizado foi de R\$ 89.121.081,00 refletindo 86,19% do previsto.



3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Do Balanço Orçamentário

3.1.1. UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado

Conforme tratado anteriormente, no decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação da UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 2.084.870.407,48. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentação de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XX - Dotação Atualizada UG 040101

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
01.500.0000.01	1.866.556.507,00	343.549.567,00	- 169.934.557,00	- 21.309.760,52	2.018.861.756,48
01.500.0000.12	13.573.270,00	19.249.428,00	-9.249.428,00	- 405.091,62	23.168.178,38
02.500.0000.01	-	42.097.234,78	-		42.097.234,78
02.500.0000.12	-	743.237,84	-		743.237,84
TOTAL	1.880.129.777,00	405.639.467,62	- 179.183.985,00	- 21.714.852,14	2.084.870.407,48

Fonte: Business Object 2024

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040101 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXI- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI)			2.074.586.012,52	
Total (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	2.074.586.012,52	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		42.840.472,62		
Superávit Financeiro		42.840.472,62		

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	1.859.375.917,00	2.076.311.217,48	2.066.026.822,52	2.064.446.564,74	1.907.440.064,39	10.284.394,96
Pessoal e Encargos Sociais	1.614.538.870,00	1.952.657.229,62	1.943.722.143,65	1.942.146.393,80	1.785.204.871,06	8.935.085,97
Outras Despesas Correntes	244.837.047,00	123.653.987,86	122.304.678,87	122.300.170,94	122.235.193,33	1.349.308,99
Despesas de Capital (IX)	20.753.860,00	8.559.190,00	8.559.190,00	8.445.430,00	8.445.430,00	0,00
Investimento	20.743.860,00	8.559.190,00	8.559.190,00	8.445.430,00	8.445.430,00	0,00
Inversões Financeiras	10.000,00	0,00				0,00
Reserva de Contigência (X)						0,00
Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)	1.880.129.777,00	2.084.870.407,48	2.074.586.012,52	2.072.891.994,74	1.915.885.494,39	10.284.394,96
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XIII)	1.880.129.777,00	2.084.870.407,48	2.074.586.012,52	2.072.891.994,74	1.915.885.494,39	10.284.394,96
Superávit (XIV)						
Total (XV)	1.880.129.777,00	2.084.870.407,48	2.074.586.012,52	2.072.891.994,74	1.915.885.494,39	10.284.394,96
Reserva do RPPS						0,00

Do déficit constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040101, o montante de **R\$ 2.074.586.012,52**. Este total resultou da diferença entre o total das receitas realizadas e o total das despesas empenhadas. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, conforme orientado na página 562 do MCASP 11ª edição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário, utilizaremos quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do SIAFE/PA.

O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) é resultante da relação entre a Dotação Inicial da Despesa e a Previsão Inicial da Receita, indicando equilíbrio ou desequilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA. A Lei nº 10.382/2024 (LOA 2024) estimou a receita e fixou a despesa do TJPA, exercício financeiro de 2024, para a UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado em **R\$ 1.880.129.777,00**. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Dotação Inicial da Despesa}}{\text{Previsão Inicial da Receita}}$$

$$\frac{\text{Dotação Inicial da Despesa R\$ 1.880.129.777,00}}{\text{Previsão Inicial da Receita R\$ 1.880.129.777,00}} = 1,00$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a **Receita Realizada**, no exercício de 2024, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou **R\$ 2.093.649.296,00**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Despesa Empenhada**, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 2.074.586.012,52**. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,01 evidenciando um Superávit Orçamentário de execução, visto que as receitas realizadas foram ligeiramente maiores do que as despesas empenhada para o período.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 2.093.649.296,00}}{\text{Despesa Empenhada R\$ 2.074.586.012,52}} = 1,01$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Realizada e a Receita Prevista, indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a **Receita Realizada**, no exercício de 2024, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado,



totalizou **R\$ 2.093.649.296,00**. E a **Receita Prevista**, no valor de **R\$ 1.880.129.777,00**. Cotejando estes valores, o QER resulta em 1,11. Em análise a este quociente, foi possível verificar que houve um Excesso de Arrecadação, visto a receita arrecadada se apresentar em valor maior do que a previsão inicial da receita. Ou seja, é possível denotar que o desempenho da arrecadação superou a previsão inicial.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 2.093.649.296,00}}{\text{Receita Prevista R\$ 1.880.129.777,00}} = 1,11$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Empenhada e Dotação Atualizada. Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Despesa Empenhada** monta o valor de **R\$ 2.074.586.012,52** e a **Dotação Atualizada**, para este mesmo período e UG, totaliza **R\$ 2.084.870.407,48**. Enfatizando que o orçamento empenhado jamais poderá ser superior ao orçamento aprovado e cotejando os valores ora analisados, o QED resultou em 0,99 salientando cumprimento do processo planejamento-execução.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada}}$$

$$\frac{\text{Receita Empenhada R\$ 2.074.586.012,52}}{\text{Dotação Atualizada R\$ 2.084.870.407,48}} = 0,99$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Receita Realizada**, no exercício de 2024, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou **R\$ 2.093.649.296,00**. E a **Despesa Paga**, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 1.915.885.494,39**. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,09 indicando o quanto a receita orçamentária realizada representa em relação à despesa orçamentária paga.

$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}}$$

$$\frac{\text{Receita Empenhada R\$ 2.093.649.296,00}}{\text{Despesa Paga R\$ 1.915.885.494,38}} = 1,09$$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101

Quadro da Execução dos Restos a Pagar não Processados						
	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	0,00	187.115,03	37.828,39	37.828,39	0,00	149.286,64
Outras Despesas Correntes	0,00	187.115,03	37.828,39	37.828,39	0,00	149.286,64
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	187.115,03	37.828,39	37.828,39	0,00	149.286,64
Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados						
	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)	
Despesas Correntes	9.520.697,01	37.140.410,00	25.880.247,17	57.242,90	20.723.616,94	
Pessoal e Encargos Sociais	7.292.770,12	37.096.046,55	25.044.133,87		19.344.682,80	
Outras Despesas Correntes	2.227.926,89	44.363,45	836.113,30	57.242,90	1.378.934,14	
Despesas de Capital	717.542,34	864.295,87	864.295,87	187.574,87	529.967,47	
Investimentos	717.542,34	864.295,87	864.295,87	187.574,87	529.967,47	
Total	10.238.239,35	38.004.705,87	26.744.543,04	244.817,77	21.253.584,41	

FONTE: Sistema SIAFE 2024, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 28/03/2025 às 09:58:44 AM

NOTA EXPLICATIVA:

01. De acordo com o MCASP 10ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Pág. 548) e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (atualizado em janeiro de 2020)
02. As receitas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará são centralizadas no Tesouro Estadual do Pará/SEFA, fato que justifica os valores estarem zerados devido a receita serem provenientes de repasses, como duodécimos e demais arrecadações ainda que provenientes de taxa e emolumentos.

No escopo de auferir o Restos a Pagar processado e não processados inscritos “em 31 de Dezembro do Exercício Anterior”, subtrai-se o total da Despesa Empenhada do total da Despesa Paga, constantes no Balanço Orçamentário do exercício de 2023, resultando no montante de R\$ 38.191.820,90, sendo R\$ 187.115,03 de RP não processados e R\$ 38.004.705,87 de RP processados.

No escopo de auferir o Restos a Pagar Pagos, subtrai-se Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa (exercício atual) dos Ganhos c/ a Desincorporação de Passivos (exercício atual), constantes no Balanço Financeiro do exercício de 2024, resultando no montante de R\$ 26.782.371,43, sendo R\$ 37.828,39 de RP não processados pagos e R\$ 26.744.543,04 de RP processados pagos.



A baixa de restos a pagar de um exercício é a redução do valor total das despesas que não foram pagas até o final do ano.



3.1.2. UG 040102 – FRJ

A Dotação Inicial da UG 040102 – FRJ foi prevista no montante de R\$ 400.062.558,00. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 624.105.198,92. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XXIII - Dotação Atualizada UG 040102

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial /Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
01.500.0000.01	29.809.989,00	1.186.527,20	-1.186.527,20	-148.114,24	29.661.874,76
01.501.0000.12	45.240.478,00	1.587.975,00	-1.587.975,00	-490.327,18	44.750.150,82
01.700.0000.06	2.374.800,00	0,00	0,00	0,00	2.374.800,00
01.702.0000.06	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00
01.703.0000.06	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00
01.755.0000.23	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
01.759.0000.18	319.437.291,00	98.947.876,60	-28.399.960,60	- 11.654.924,63	378.330.282,37
02.500.0000.01	0,00	0,00	0,00	1.977.878,07	1.977.878,07
02.500.0000.12	0,00	11.042.000,00	0,00	-674.787,10	10.367.212,90
02.700.0000.06	0,00	1.023.000,00	0,00	0,00	1.023.000,00
02.755.0000.23	0,00	4.100.000,00	0,00	0,00	4.100.000,00
02.759.0000.18	0,00	154.784.786,00	-6.464.786,00	0,00	148.320.000,00
TOTAL	400.062.558,00	272.672.164,80	-37.639.248,80	-10.990.275,08	624.105.198,92

Fonte: Business Object 2024

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040102 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI)			464.607.549,16	
Total (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	464.607.549,16	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		164.485.000,00		
Superávit Financeiro		164.485.000,00		

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	361.581.629,00	545.342.388,45	403.732.519,68	380.384.493,55	375.711.684,98	141.609.868,77
Outras Despesas Correntes	361.581.629,00	545.342.388,45	403.732.519,68	380.384.493,55	375.711.684,98	141.609.868,77
Despesas de Capital (IX)	38.480.929,00	78.762.810,47	60.875.029,48	50.167.083,05	45.446.096,75	17.887.780,99
Investimento	38.390.929,00	78.762.810,47	60.875.029,48	50.167.083,05	45.446.096,75	17.887.780,99
Inversões Financeiras	90.000,00	0,00				0,00
Reserva de Contigência (X)						0,00
Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)	400.062.558,00	624.105.198,92	464.607.549,16	430.551.576,60	421.157.781,73	159.497.649,76
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XIII)	400.062.558,00	624.105.198,92	464.607.549,16	430.551.576,60	421.157.781,73	159.497.649,76
Superávit (XIV)						
Total (XV)	400.062.558,00	624.105.198,92	464.607.549,16	430.551.576,60	421.157.781,73	159.497.649,76
Reserva do RPPS						0,00

Do déficit constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040102, o montante de **R\$ 464.607.549,16**. Este total resultou da diferença entre o total das receitas realizadas e o total das despesas empenhadas. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, conforme página 562 do MCASP 11ª edição.

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina, mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do SIAFE/PA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo. O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) analisa esta relação de equilíbrio ou desequilíbrio ocorrida da relação entre a Dotação Inicial da Despesa e a Previsão Inicial da Receita. De acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de **R\$ 400.062.558,00**, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA). Como tratado acima, a Lei nº 10.382/2024 (LOA 2024) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2024, do Estado do Pará para a UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário em montantes coincidentes. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Dotação Inicial da Despesa}}{\text{Previsão Inicial da Receita}}$$

$$\frac{\text{Dotação Inicial da Despesa R\$ 400.062.558,00}}{\text{Previsão Inicial da Receita R\$ 400.062.558,00}} = 1,00$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Realizada, no exercício de 2024, na UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, totalizou **R\$ 477.085.138,00**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 464.607.549,16**. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,03 evidenciando um Superávit Orçamentário, quando as receitas realizadas são maiores do que as despesas empenhadas.



Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) = $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 477.085.138,00}}{\text{Despesa Empenhada R\$ 464.607.549,16}} = 1,03$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Realizada e a Receita Prevista, indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a **Receita Realizada**, no exercício de 2024, na UG 040102 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário, totalizou **R\$ 477.085.138,00**. E a **Receita Prevista**, no valor de **R\$ 400.062.558,00**. Cotejando estes valores, o QER resulta em 1,19. Em análise a este quociente, foi possível verificar que houve um Excesso de Arrecadação, visto a receita arrecadada se apresentar em valor maior do que a previsão inicial da receita. Ou seja, é possível denotar que o desempenho da arrecadação superou a previsão inicial.

Quociente de Execução da Receita (QER) = $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 477.085.138,00}}{\text{Receita Prevista R\$ 400.062.557,00}} = 1,19$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Empenhada e Dotação Atualizada. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada monta o valor de **R\$ 464.607.549,16** e a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, totaliza **R\$ 624.105.198,92**. Cotejando estes valores, o QED resulta em 0,74 enfatizando que no exercício de 2024, na UG 040102 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário, a Dotação autorizada foi superior a Despesa Empenhada.

Quociente de Execução da Despesa (QED) = $\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada}}$

$$\frac{\text{Despesa Empenhada R\$ 464.607.549,16}}{\text{Dotação Atualizada R\$ 624.105.198,92}} = 0,74$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2024, na UG 040102 – Fundo de



Reaparelhamento do Judiciário, totalizou **R\$ 477.085.138,00**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 421.157.781,73**. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,13 indicando o quanto a receita orçamentária realizada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) = $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}}$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 477.085.138,00}}{\text{Despesa Paga R\$ 421.157.781,73}} = 1,13$$

Quadro XXV - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102

Quadro da Execução dos Restos a Pagar não Processados						
	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	4.694,91	8.505.690,31	4.920.759,65	4.916.058,73	951.544,65	2.642.781,84
Outras Despesas Correntes	4.694,91	8.505.690,31	4.920.759,65	4.916.058,73	951.544,65	2.642.781,84
Despesas de Capital	0,00	2.441.801,11	2.008.182,56	2.008.182,56	0,00	433.618,55
Investimentos	0,00	2.441.801,11	2.008.182,56	2.008.182,56	0,00	433.618,55
Total	4.694,91	10.947.491,42	6.928.942,21	6.924.241,29	951.544,65	3.076.400,39

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados						
	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)	
Despesas Correntes	2.075.213,79	8.446.600,69	8.338.356,40	50.620,36	2.132.837,72	
Outras Despesas Correntes	2.075.213,79	8.446.600,69	8.338.356,40	50.620,36	2.132.837,72	
Despesas de Capital	2.922.142,66	3.044.159,97	2.127.561,56	518.000,00	3.320.741,07	
Investimentos	2.922.142,66	3.044.159,97	2.127.561,56	518.000,00	3.320.741,07	
Total	4.997.356,45	11.490.760,66	10.465.917,96	568.620,36	5.453.578,79	

FONTE: Sistema SIAFE 2024, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 28/03/2025 às 10:03:40 AM

NOTA EXPLICATIVA:

01. De acordo com o MCASP 10ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Pág. 548) e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (atualizado em janeiro de 2020)
02. As receitas do Fundo de Reparelhamento 040102 são centralizadas no Tesouro Estadual do Pará/SEFA, fato que justifica os valores estarem zerados devido a receita serem provenientes de repasses, como duodécimos e demais arrecadações ainda que provenientes de taxa e emolumentos.

No escopo de auferir o Restos a Pagar processado e não processados inscritos “em 31 de Dezembro do Exercício Anterior”, subtrai-se o total da Despesa Empenhada do total da Despesa Paga, constantes no Balanço Orçamentário do exercício de 2023, resultando no montante de R\$ 22.438.252,08, sendo R\$ 10.947.491,42 de RP não processados e R\$ 11.490.760,66 de RP processados.

No escopo de auferir o Restos a Pagar Pagos, subtrai-se Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa (exercício atual) dos Ganhos c/ a Desincorporação de Passivos (exercício atual), constantes no Balanço Financeiro do exercício de 2024, resultando no montante de R\$ 17.390.159,25, sendo R\$ 6.924.241,29 de RP não processados pagos e R\$ 10.465.917,96 de RP processados pagos.

A baixa de restos a pagar de um exercício é a redução do valor total das despesas que não foram pagas até o final do ano.



3.1.1.1. UG 040103 – FRC

A Dotação Inicial da UG 040103 – FRC foi prevista no montante de R\$ 15.286.831,00. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 20.128.783,51. Tal implemento se deu em virtude de suplementações e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XXVI - Dotação Atualizada UG 040103

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
01.501.0000.12	1.185.251,00	0,00	- 10.313,69	1.174.937,31
01.759.0000.28	14.101.580,00	0,00	- 147.733,80	13.953.846,20
02.759.0000.28	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
TOTAL	15.286.831,00	5.000.000,00	-158.047,49	20.128.783,51

Fonte: Business Object 2024

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040103 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.



Quadro XXVII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI)			14.389.267,94	
Total (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	14.389.267,94	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		5.000.000,00		
Superávit Financeiro		5.000.000,00		

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	12.286.831,00	17.128.783,51	14.139.117,78	11.511.203,94	9.122.649,02	2.989.665,73
Outras Despesas Correntes	12.286.831,00	17.128.783,51	14.139.117,78	11.511.203,94	9.122.649,02	2.989.665,73
Despesas de Capital (IX)	3.000.000,00	3.000.000,00	250.150,16	250.150,16	250.150,16	2.749.849,84
Investimento	3.000.000,00	3.000.000,00	250.150,16	250.150,16	250.150,16	2.749.849,84
Reserva de Contingência (X)						0,00
Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)	15.286.831,00	20.128.783,51	14.389.267,94	11.761.354,10	9.372.799,18	5.739.515,57
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XIII)	15.286.831,00	20.128.783,51	14.389.267,94	11.761.354,10	9.372.799,18	5.739.515,57
Superávit (XIV)						
Total (XV)	15.286.831,00	20.128.783,51	14.389.267,94	11.761.354,10	9.372.799,18	5.739.515,57
Reserva do RPPS						0,00

Do déficit constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040103, o montante de **R\$ 14.389.267,94**. Este total resultou da diferença entre o total das receitas realizadas e o total das despesas empenhadas. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, conforme página 562 do MCASP 11ª edição.

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do SIAFE/PA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo, de acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) analisa esta relação de equilíbrio ou desequilíbrio ocorrida da relação entre a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa) e a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita). Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de **R\$ 15.286.831,00**, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA). Como tratado acima a Lei nº 10.382/2024 (LOA 2024) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2024, do Estado do Pará para a UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará em montantes coincidentes. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Dotação Inicial da Despesa}}{\text{Previsão Inicial da Receita}}$$

$$\frac{\text{Dotação Inicial da Despesa R\$ 15.286.831,00}}{\text{Previsão Inicial da Receita R\$ 15.286.831,00}} = 1,00$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2024, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou **R\$ 16.109.904,00**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 14.389.267,94**. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,12, evidenciando equilíbrio entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.



Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) = $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 16.109.904,00}}{\text{Despesa Empenhada R\$ 14.389.267,94}} = 1,12$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Realizada e a Receita Prevista, indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a **Receita Realizada**, no exercício de 2024, na UG 040103 – 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou **R\$ 16.109.904,00**. E a **Receita Prevista**, no valor de **R\$ 15.286.832,00**. Cotejando estes valores, o QER resulta em 1,05. Em análise a este quociente, foi possível verificar que houve um Excesso de Arrecadação, visto a receita arrecadada se apresentar em valor maior do que a previsão inicial da receita. Ou seja, é possível denotar que o desempenho da arrecadação superou a previsão inicial.

Quociente de Execução da Receita (QER) = $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$

$$\frac{\text{Receita Realizada R\$ 16.109.904,00}}{\text{Receita Prevista R\$ 15.286.832,00}} = 1,05$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Empenhada e Dotação Atualizada. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada monta o valor de **R\$ 14.389.267,94** e a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, totaliza **R\$ 20.128.783,51**. Cotejando estes valores, o QED resulta em 0,71 enfatizando que no exercício de 2024, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao registro Civil do Estado do Pará houve uma economia de despesa orçamentária, quando ainda havia orçamento autorizado, entretanto, tal disponibilidade não foi utilizada.

Quociente de Execução da Despesa (QED) = $\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada}}$

$$\frac{\text{Despesa Empenhada R\$ 14.389.267,94}}{\text{Dotação Atualizada R\$ 20.128.783,51}} = 0,71$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço



Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2024, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou **R\$ 16.109.904,00**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 9.372.799,18**. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,72 indicando o quanto a receita orçamentária realizada representa em relação à despesa orçamentária paga.

$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}}$$



Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040103

Quadro da Execução dos Restos a Pagar não Processados						
	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	226.428,81	7.305.136,71	7.531.565,52	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	226.428,81	7.305.136,71	7.531.565,52		0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	226.428,81	7.305.136,71	7.531.565,52	0,00	0,00

FONTE: Sistema SIAFE 2024, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 28/03/2025 às 10:08:18 AM

NOTA EXPLICATIVA: 01. De acordo com o MCASP 10ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Pág. 548) e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (atualizado em janeiro de 2020)
02. As receitas do Apoio ao Registro Civil 040103 são centralizadas no Tesouro Estadual do Pará/SEFA, fato que justifica os valores estarem zerados devido a receita serem provenientes de repasses, como duodécimos e demais arrecadações ainda que provenientes de taxa e emolumentos.

No escopo de auferir o Restos a Pagar processado e não processados inscritos “em 31 de Dezembro do Exercício Anterior”, subtrai-se o total da Despesa Empenhada do total da Despesa Paga, constantes no Balanço Orçamentário do exercício de 2023, resultando no montante de R\$ 7.305.136,71, coincidindo com o valor de RP processados, visto que não há registros de RP não processados.

No escopo de auferir o Restos a Pagar Pagos, subtrai-se Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa (exercício atual) dos Ganhos c/ a Desincorporação de Passivos (exercício atual), constantes no Balanço Financeiro do exercício de 2024, resultando no montante de R\$ 7.531.565,52, coincidindo com o valor de RP processados visto que não há registros de RP não processados.

A baixa de restos a pagar de um exercício é a redução do valor total das despesas que não foram pagas até o final do ano.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.2. Do Balanço Financeiro

3.2.1. Balanço Financeiro - UG 040101

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª ed., p. 522).

No exercício de 2024, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040101 representaram um montante de R\$ 2.130.707.098,51. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 749.752.363,26, como identificado no Balanço Financeiro encaminhado pela SEFIN, abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXIX - Balanço Financeiro – UG 040101

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispendios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VII)	2.074.586.012,52	1.760.491.731,85
Recursos Não Vinculados			Recursos Não Vinculados	2.074.586.012,52	1.760.491.731,85
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00	Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS			Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundoe m Capitalização (Plano Previdenciário)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração			Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.130.707.098,51	1.901.607.315,44	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	62.226.152,91	118.812.851,53
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	2.130.378.267,56	1.861.859.882,39	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	600.262,34	43.244.689,70
Transf. Recebidas Indep. para a Execução Orçamentária	328.830,95	39.747.433,05	Transf. Concedidas Indep. para a Execução Orçamentária	61.625.890,57	75.568.161,83
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)			Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	749.752.363,26	2.495.044.599,46	Pagamentos Extraorçamentários (X)	608.869.273,91	2.564.094.850,39
Consignações	590.807.027,36	509.596.839,32	Consignações	581.842.084,71	505.122.158,74
Restos a Pagar do Exercício - Inscrição	158.700.518,13	38.191.820,90	Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa	27.027.189,20	133.477.244,88
Recursos Financeiros Diferidos		1.943.872.602,84	Recursos Financeiros Diferidos		1.925.495.446,77
Ganhos com a Desincorporação de Passivos	244.817,77	3.383.336,40	Perdas com a Desincorporação de Ativos		
Saldo do Exercício Anterior (V)	177.761.929,71	224.509.448,58	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	312.539.952,14	177.761.929,71
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	177.742.243,40	224.489.762,27	Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	312.520.265,83	177.742.243,40
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS			Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.686,31	19.686,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.686,31	19.686,31
Total (VI) = (I + II + III + IV + V)	3.058.221.391,48	4.621.161.363,48	Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	3.058.221.391,48	4.621.161.363,48



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Saldo do Exercício Anterior (V), de R\$ 177.761.929,71, do presente Balanço Financeiro está consistente com o Saldo para o Exercício Seguinte (XI) apurado no Balanço de 2023.

Esta Secretaria de Auditoria Interna, em análise, observou que a conta Recursos Financeiros Diferidos, presente em Recebimentos Extraorçamentários, no grupo Ingressos, apresenta valor significativamente menor em comparação com o ano anterior. Da mesma forma, a conta Recursos Financeiros Diferidos, presente em Pagamentos Extraorçamentários, grupo Dispêndios, também apresenta valor significativamente menor em comparação com o ano anterior. Esta observação resultou em Nota Explicativa confeccionada pela SEFIN. Esta explica que o valor se deu em razão de lançamentos de ajustes, pela necessidade de adequação ao SIAFE, sistema implantado no exercício de 2023, “o saldo reflete, principalmente, os lançamentos iniciais no sistema e suas devidas correções o que não ocorreu no exercício de 2024”.

Em relação aos quocientes sobre o Balanço Financeiro da UG 040101, não serão apresentados os que se utilizam da Receita Orçamentária, pois observa-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pela natureza de suas atividades, não apresenta receitas orçamentárias nesta unidade gestora. Tendo nas Transferências Financeiras Recebidas (II) sua fonte para pagamento das despesas orçamentárias. Desta forma, serão apresentados os quocientes aplicáveis à realidade deste TJPA, quais sejam, o Quociente de Execução Extraorçamentária e o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros.

O Quociente de Execução Extraorçamentária visa demonstrar quanto da Receita Extraorçamentária foi realizada, em confronto a quanto da Despesa Extraorçamentária foi executada (KOHAMA, Heilio. Pg. 144, 2015).

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária} = 749.752.363,26}{\text{Despesa Extraorçamentária} = 608.869.273,91} = 1,23$$

O resultado maior do que 1 representa Receita Extraorçamentária maior do que Despesa Extraorçamentária. Os Recebimentos Extraorçamentários foram maiores do que os Pagamentos Extraorçamentários em R\$ 140.883.089,35. O que condiz com as informações apresentadas no Balanço Financeiro, onde os Recebimentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Extraorçamentários (IV) contribuíram para o aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015).

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 312.539.952,14}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 177.761.929,71} = 1,76$$

Resultado do quociente maior do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015). Dessa forma, o Saldo para o Exercício Seguinte está maior em R\$ 134.778.022,43 do que o Saldo do Exercício Anterior.

Em análise, observa-se consistência entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário, no que diz respeito aos Restos a Pagar. O valor apresentado de Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa, do Balanço Financeiro, é de R\$ 27.027.189,20. Consistente com o valor dos Restos a Pagar pagos de R\$ 26.782.371,43, do Balanço Orçamentário, somados ao valor dos Ganhos com a Desincorporação de Passivos de R\$ 244.817,77, do Balanço Financeiro.

Os Ganhos com a Desincorporação de Passivos incluem, inclusive, as baixas de passivos decorrentes de cancelamento de restos a pagar.

No caso da UG 040101, esse valor dos Ganhos com a Desincorporação de Passivos coincidiu com o valor de cancelamento de Restos a Pagar Processados. Os Restos a Pagar Processados passaram pela etapa de verificação da entrega dos produtos ou serviços prestados. Os Restos a Pagar não Processados ainda não passaram por essa verificação.

3.2.2. Balanço Financeiro - UG 040102

No exercício de 2024, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040102 representaram um montante de R\$ 448.656.871,11. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 695.155.892,76. Como identificado no Balanço Financeiro encaminhado pela SEFIN, abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXX - Balanço Financeiro - UG 040102

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VII)	464.607.549,16	395.988.409,35
Recursos Não Vinculados		0,00	Recursos Não Vinculados	35.837.579,98	44.233.659,61
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00	Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	428.769.969,18	351.754.749,74
Rec. Prov. de Transferências-Convênios e Outros			Rec. Prov. de Transferências-Convênios e Outros	318.006,00	828.767,00
Recursos Vinculados à fundos		0,00	Recursos Destinados à fundos	425.407.587,97	350.925.982,74
Outras Vinculações de Recursos		0,00	Outras Destinações de Recursos	3.044.375,21	
Recursos Vinculados ao RPPS			Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundoe m Capitalização (Plano Previdenciário)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração			Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	448.656.871,11	445.752.002,84	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	13.022.286,57	8.580.037,96
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	448.518.735,98	445.752.002,84	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	13.021.579,72	8.580.037,96
Transf. Recebidas Indep. para a Execução Orçamentária	138.135,13		Transf. Concedidas Indep. para a Execução Orçamentária	706,85	
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)			Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	695.155.892,76	36.513.966,87	Pagamentos Extraorçamentários (X)	673.237.158,58	46.636.278,24
Consignações	17.626.616,49	13.593.411,14	Consignações	17.816.271,24	11.977.140,02
Depósitos de Diversas Origens	632.559.343,83		Depósitos de Diversas Origens	636.510.563,08	
Restos a Pagar do Exercício - Inscrição	43.449.767,43	22.438.252,08	Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa	18.910.324,26	34.659.138,22
Ganhos com a Desincorporação de Passivos	1.520.165,01	482.303,65	Perdas com a Desincorporação de Ativos		
Saldo do Exercício Anterior (V)	866.749.110,96	835.687.866,80	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	859.694.880,52	866.749.110,96
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	414.876.599,23	383.815.355,07	Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	411.773.588,04	414.876.599,23
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS			Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	451.872.511,73	451.872.511,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	447.921.292,48	451.872.511,73
Total (VI) = (I + II + III + IV + V)	2.010.561.874,83	1.317.953.836,51	Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	2.010.561.874,83	1.317.953.836,51



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Saldo do Exercício Anterior (V), de R\$ 866.749.110,96, do presente Balanço Financeiro está consistente com o Saldo para o Exercício Seguinte (XI) apurado no Balanço de 2023.

Esta Secretaria de Auditoria Interna, em análise, observou que a conta Depósitos de Diversas Origens, presente em Recebimentos Extraorçamentários, no grupo Ingressos, apresenta valor significativamente maior em comparação com o ano anterior. Da mesma forma, a conta Depósitos de Diversas Origens, presente em Pagamentos Extraorçamentários, grupo Dispêndios, também apresenta valor significativamente maior em comparação com o ano anterior. Esta observação resultou em Nota Explicativa confeccionada pela SEFIN. Esta explica que inexistam eventos contábeis para realizar os ajustes necessários nas Contas Depósitos de Diversas Origens, tanto nos Ingressos como nos Dispêndios, razão pela qual o saldo apresenta-se zerado para o ano de 2023. “Somente no exercício de 2024 os eventos contábeis para registrar os ajustes foram criados”.

No que se refere aos quocientes orçamentários, o Quociente de Execução Extraorçamentária deve demonstrar quanto da Receita Extraorçamentária foi realizada, em confronto a quanto da Despesa Extraorçamentária foi executada, segue abaixo.

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária} = 695.155.892,76}{\text{Despesa Extraorçamentária} = 673.237.158,58} = 1,03$$

O resultado maior do que 1 representa Receita Extraorçamentária maior do que Despesa Extraorçamentária. Os Recebimentos Extraorçamentários foram maiores do que os Pagamentos Extraorçamentários em R\$ 21.918.734,18. O que condiz com as informações apresentadas no Balanço Financeiro, onde os Recebimentos Extraorçamentários (IV) contribuíram para o aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Porém, as Despesa Orçamentária (VII), somadas as Transferências Financeiras Concedidas (VIII), foram significativas para a diminuição do valor do Saldo para o Exercício Seguinte (XI).

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto ao Saldo do Exercício Anterior, segue abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 859.694.880,52}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 866.749.110,96} = 0,99$$

Resultado do quociente menor do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015). Dessa forma, o Saldo para o Exercício Seguinte está menor em R\$ 7.054.230,44 do que o Saldo do Exercício Anterior.

Em análise, observa-se consistência entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário, no que diz respeito aos Restos a Pagar. O valor apresentado de Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa, do Balanço Financeiro, é de R\$ 18.910.324,26. Consistente com o valor dos Restos a Pagar pagos de R\$ 17.390.159,25, do Balanço Orçamentário, somados ao valor dos Ganhos com a Desincorporação de Passivos de R\$ 1.520.165,01, do Balanço Financeiro.

Como informado anteriormente, os Ganhos com a Desincorporação de Passivos incluem, inclusive, as baixas de passivos decorrentes de cancelamento de restos a pagar.

3.2.3. Balanço Financeiro – UG 040103

No exercício de 2024, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040103 representaram um montante de R\$ 14.766.293,65. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 6.383.384,05. Como identificado abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXI - Balanço Financeiro – UG 040103

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VII)	14.389.267,94	12.621.831,51
Recursos Não Vinculados			Recursos Não Vinculados		
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00	Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	14.389.267,94	12.621.831,51
Recursos Vinculados à fundos			Recursos Destinados à fundos	14.389.267,94	12.621.831,51
Recursos Vinculados ao RPPS			Recursos Vinculados ao RPPS		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundoe m Capitalização (Plano Previdenciário)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração			Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	14.766.293,65	13.877.501,69	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	157.105,15	136.840,68
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	14.766.293,65	13.877.501,69	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	157.105,15	136.840,68
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)			Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	6.383.384,05	8.484.059,91	Pagamentos Extraorçamentários (X)	9.629.748,10	578.126,86
Consignações	1.366.915,29	1.178.923,20	Consignações	2.098.182,58	0,00
Restos a Pagar do Exercício - Inscrição	5.016.468,76	7.305.136,71	Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa	7.531.565,52	578.126,86
Saldo do Exercício Anterior (V)	17.585.797,92	8.561.035,37	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	14.559.354,43	17.585.797,92
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	17.585.797,92	8.561.035,37	Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto RPPS)	14.559.354,43	17.585.797,92
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS			Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		
Total (VI) = (I + II + III + IV + V)	38.735.475,62	30.922.596,97	Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	38.735.475,62	30.922.596,97



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Saldo do Exercício Anterior (V), de R\$ 17.585.797,92, do presente Balanço Financeiro está consistente com o Saldo para o Exercício Seguinte (XI) apurado no Balanço de 2023.

Quanto aos quocientes orçamentários, o Quociente de Execução Extraorçamentária visa demonstrar quanto da Receita Extraorçamentária foi realizada, em confronto a quanto da Despesa Extraorçamentária foi executada, segue abaixo.

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária} = 6.383.384,05}{\text{Despesa Extraorçamentária} = 9.629.748,10} = 0,66$$

O resultado menor do que 1 representa Receita Extraorçamentária menor do que Despesa Extraorçamentária. Os Pagamentos Extraorçamentários foram maiores do que os Recebimentos Extraorçamentários em R\$ 3.246.364,05. O que condiz com as informações apresentadas no Balanço Financeiro, onde os Pagamentos Extraorçamentários (X) contribuíram para a diminuição do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, segue abaixo.

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 14.559.354,43}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 17.585.797,92} = 0,83$$

Resultado do quociente menor do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015). Dessa forma, o Saldo para o Exercício Seguinte está menor em R\$ 3.026.443,49 do que o Saldo do Exercício Anterior.

Em análise, observa-se consistência entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário, no que diz respeito aos Restos a Pagar. O valor apresentado de Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa, do Balanço Financeiro, é de R\$ 7.531.565,52. Consistente com o valor dos Restos a Pagar pagos de R\$ 7.531.565,52, do Balanço Orçamentário.

O Balanço Orçamentário desta UG não apresentou valores de Restos a Pagar cancelados. Da mesma forma, o Balanço Financeiro não apresentou valores de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ganhos com a Desincorporação de Passivos, demonstrando consistência entre os Balanços.

3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

3.3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (10ª ed., p. 548) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta “as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento”. De acordo com o referido Manual, a DFC identificará: “a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis”.

No quadro abaixo expõe-se a DFC, encaminhada pela SEFIN, da UG 040101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	2.721.758.943,64	4.358.460.094,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.130.707.098,51	1.901.607.315,44
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	591.051.845,13	2.456.852.778,56
DESEMBOLSOS	2.578.535.491,21	4.404.356.145,24
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.907.440.064,39	1.721.448.443,32
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	62.226.152,91	118.812.851,53
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	608.869.273,91	2.564.094.850,39
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	143.223.452,43	(45.896.051,24)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	8.445.430,00	851.467,63
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.445.430,00	851.467,63
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(8.445.430,00)	(851.467,63)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	134.778.022,43	(46.747.518,87)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	177.761.929,71	224.509.448,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	312.539.952,14	177.761.929,71



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	2.130.707.098,51	1.901.607.315,44
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.130.707.098,51	1.901.607.315,44

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INTRAGOVERNAMENTAIS	62.226.152,91	118.812.851,53
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	62.226.152,91	118.812.851,53

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
JUDICIÁRIA	1.907.440.064,39	1.721.448.443,32
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	1.907.440.064,39	1.721.448.443,32

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (10ª ed., p. 549) define que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é composta por: a. Quadro Principal; b. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e d. Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Em análise, observa-se que a DFC encaminhada pelo TJPA apresenta todos os quadros determinados. Os quadros apresentam consistência entre si.

No Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o valor das Transferências Recebidas, de R\$ 2.130.707.098,51, está consistente com o valor de Transferências Recebidas apresentado no Quadro Principal; bem como o valor das Transferências Concedidas, de R\$ 62.226.152,91, está consistente com o valor de Transferências Concedidas apresentado no Quadro Principal.

No Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função, o valor Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, de R\$ 1.907.440.064,39, está consistente com o valor de Pessoal e Demais Despesas apresentado no Quadro Principal. O Quadro de Juros e Encargos da Dívida demonstra-se sem valores, porque o Órgão não apresentou estes tipos de transações.

Em relação aos quocientes orçamentários, o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, aplicável também à Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi calculado e apresentado no tópico relacionado ao Balanço Financeiro.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 312.539.952,14, apresentado na DFC da UG 040101 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040101.

Esta Secretaria de Auditoria Interna, em análise, identificou que a conta Outros Ingressos Operacionais, presente em Ingressos, bem como a conta Outros Desembolsos Operacionais, presente em Desembolsos, ambas do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresentam valores significativamente menores em relação ao ano anterior. Em Nota, a SEFIN explica que com a implantação do SIAFE (Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual), foram necessários vários ajustes para sua operacionalização. Referidos ajustes repercutiram diretamente nas contas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais. “(...) em decorrência da necessidade de realizar várias operações permutativas de alterações de fontes e realocações de valores, fato que não ocorreu com tanta frequência no exercício de 2024”.

3.3.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	1.100.362.996,44	459.827.717,63
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	448.656.871,11	445.752.002,84
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	651.706.125,33	14.075.714,79
DESEMBOLSOS	1.061.971.130,13	385.942.491,26
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	375.711.684,98	330.726.175,06
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	13.022.286,57	8.580.037,96
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	673.237.158,58	46.636.278,24
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	38.391.866,31	73.885.226,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	45.446.096,75	42.823.982,21
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.989.337,88	42.509.062,21
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	456.758,87	314.920,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(45.446.096,75)	(42.823.982,21)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	(7.054.230,44)	31.061.244,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	866.749.110,96	835.687.866,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	859.694.880,52	866.749.110,96



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	448.656.871,11	445.752.002,84
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	448.656.871,11	445.752.002,84
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INTRAGOVERNAMENTAIS	13.022.286,57	8.580.037,96
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	13.022.286,57	8.580.037,96
QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
JUDICIÁRIA	375.711.684,98	330.726.175,06
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	375.711.684,98	330.726.175,06
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Em análise, observa-se que a DFC encaminhada pelo TJPA apresenta todos os quadros determinados. Os quadros apresentam consistência entre si.

No Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o valor das Transferências Recebidas, de R\$ 448.656.871,11, está consistente com o valor de Transferências Recebidas apresentado no Quadro Principal; bem como o valor das Transferências Concedidas, de R\$ 13.022.286,57, está consistente com o valor de Transferências Concedidas apresentado no Quadro Principal.

No Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função, o valor Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, de R\$ 375.711.684,98, está consistente com o valor de Pessoal e Demais Despesas apresentado no Quadro Principal. O Quadro de Juros e Encargos da Dívida demonstra-se sem valores, porque o Órgão não apresentou estes tipos de transações.

Em relação aos quocientes orçamentários, o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, aplicável também à Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi calculado e apresentado no tópico relacionado ao Balanço Financeiro.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 859.694.880,52, apresentado na DFC da UG 040102 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040102.

3.3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040103.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXIV - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	16.133.208,94	15.056.424,89
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	14.766.293,65	13.877.501,69
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.366.915,29	1.178.923,20
DESEMBOLSOS	18.909.502,27	6.031.662,34
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	9.122.649,02	5.316.694,80
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	157.105,15	136.840,68
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	9.629.748,10	578.126,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	(2.776.293,33)	9.024.762,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	250.150,16	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	250.150,16	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(250.150,16)	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	(3.026.443,49)	9.024.762,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	17.585.797,92	8.561.035,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	14.559.354,43	17.585.797,92



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	14.766.293,65	13.877.501,69
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	14.766.293,65	13.877.501,69

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INTRAGOVERNAMENTAIS	157.105,15	136.840,68
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	157.105,15	136.840,68

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
JUDICIÁRIA	9.122.649,02	5.316.694,80
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	9.122.649,02	5.316.694,80

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Em análise, observa-se que a DFC encaminhada pelo TJPA apresenta todos os quadros determinados. Os quadros apresentam consistência entre si.

No Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o valor das Transferências Recebidas, de R\$ 14.766.293,65, está consistente com o valor de Transferências Recebidas apresentado no Quadro Principal; bem como o valor das Transferências Concedidas, de R\$ 157.105,15, está consistente com o valor de Transferências Concedidas apresentado no Quadro Principal.

No Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função, o valor Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, de R\$ 9.122.649,02, está consistente com o valor de Pessoal e Demais Despesas apresentado no Quadro Principal. O Quadro de Juros e Encargos da Dívida demonstra-se sem valores, porque o Órgão não apresentou estes tipos de transações.

Em relação aos quocientes orçamentários, o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, aplicável também à Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi calculado e apresentado no tópico relacionado ao Balanço Financeiro.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 14.559.354,43, apresentado na DFC da UG 040103 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040103.

3.4. Do Balanço Patrimonial

Nesta seção estão demonstrados os saldos do sistema patrimonial. Os demonstrativos referem-se à posição patrimonial de 03 unidades gestoras diferentes, quais sejam a UG 040101, onde estão registrados valores relativos ao Tesouro; UG 040102, responsável pelos registros de valores relativos ao Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ; e UG 040103, para alocação de valores referentes ao Fundo de Registro Civil – FRC.

O Balanço Patrimonial está estruturado, conforme art. 105 da Lei nº 4.320/64 e alterações, pela Portaria STN nº 438/2012, de Quadro Principal; Quadro dos Ativos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação; e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. Além da estrutura fixada em lei, o Balanço Patrimonial segue as diretrizes propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 11ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Com essas considerações, passaremos a analisar o Balanço Patrimonial de cada uma das unidades gestoras, de forma autônoma.

3.4.1. Balanço Patrimonial - UG 040101

3.4.1.1. Quadro Principal

Quadro XXXV - Balanço Patrimonial - UG 040101

		Governo do Estado do Pará Balanço Patrimonial Anexo 14 - Lei 4.320/64 Unidade Gestora - Tribunal de Justiça do Estado Dezembro/2024		Data: 28/03/2025 Horário: 09:24:28 AM Usuário: 51819619243 UG: 040101 Pág.: 1 De 3	
Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo e Patrimônio Líquido	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	312.539.952,14	177.761.929,71	Orig. Trib. Previd. e Assist. a Pagar a C. Prazo	196.858.522,64	55.104.015,61
Demais Créditos e Valores a C. Prazo	3.576.668,70	3.852.196,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13.871.943,63	15.810.564,14
Estoques	2.968.795,59	2.968.795,59	Provisões a Curto Prazo		
VPD Pagas Antecipadamente			Demais Obrigações a Curto Prazo	24.837.834,95	15.872.892,30
Total do Ativo Circulante	319.085.416,43	184.582.921,68	Total do Passivo Circulante	225.568.301,22	86.787.472,05
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Imobilizado	11.083.555,90	2.638.125,90	Provisões a Longo Prazo		
Total do Ativo não Circulante	11.083.555,90	2.638.125,90	Total do Passivo não Circulante	0,00	0,00
			Patrimônio Líquido		
			Resultados Acumulados	104.600.671,11	100.433.575,53
			(-) Ações / Contas em Tesouraria		
			Total do Patrimônio Líquido	104.600.671,11	100.433.575,53
Total do Ativo	330.168.972,33	187.221.047,58	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	330.168.972,33	187.221.047,58

3.4.1.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XXXVI - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

		Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)			Passivo (II)		
Ativo Financeiro	312.539.952,14	177.761.929,71	Passivo Financeiro	204.941.224,13	64.302.952,55
Ativo Permanente	17.629.020,19	9.459.117,87	Passivo Permanente	22.321.094,87	22.484.519,50
Total do Ativo	330.168.972,33	187.221.047,58	Total do Passivo	227.262.319,00	86.787.472,05
Saldo Patrimonial (I - II)				102.906.653,33	100.433.575,53



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.1.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro XXXVII - Quadro das contas de compensação

Quadro das Contas de Compensação				
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Recebidas	19.686,31	19.686,31		
			Obrigações Contratuais	
Total dos Atos Potenciais Ativos	19.686,31	19.686,31	Total dos Atos Potenciais Passivos	
				193.239.429,44
				190.363.908,78

3.4.1.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro XXXVIII - Quadro do superávit/déficit financeiro

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro			
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Fonte de Recurso			
500 Recursos não Vinculados de Impostos	94.611.273,19	113.458.475,16	
501 Outros Recursos não Vinculados	12.987.132,82		
759 Recursos Vinculados a Fundos	322,00	322,00	
801 Recur. Vincul. ao RPPS-Fundo em Reparação (Plano Financeiro)	0,00	180,00	
Total das Fontes de Recursos	107.598.728,01	113.458.977,16	

FONTE: Sistema SIAFE 2024, Unidade Responsável 040101, Data de emissão 28/03/2025 às 09:24:28 AM

NOTA EXPLICATIVA:

01. De acordo com o MCASP 10ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Pág. 548) e IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (atualizado em janeiro 2020) 02. Imobilizado / A respeito do imobilizado do Tribunal de Justiça é responsabilidade do Fundo de Resgate do Estado do Pará Lei Complementar nº 21, de 28 de fevereiro de 1994, desta forma para cumprimento da lei em 2025 vamos transportar este saldo para nossa unidade 040102, bem como realizar procedimento de Reavaliação Patrimonial com base na legislação vigente, o Tribunal de Justiça não utiliza o SISPAT, sistema patrimonial do Estado do Pará, 03. Patrimônio líquido: Resultado de superávits acumulados até 2023 de R\$ 100.433.573,53 (cem milhões e quatrocentos e trinta e três mil e quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos), Superávit do Exercício 2024 R\$ 4.133.531,58 (quatro milhões e cento e trinta e três mil e quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos) ajuste de créditos de exercícios anteriores/conta contábil 237110320 -R\$ 33.564,00 (trinta e três mil e quinhentos e sessenta e quatro reais)

3.4.1.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 11^a, o saldo das contas a seguir:

a) Imobilizado;

123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	102.600,00 D	0,00	0,00	102.600,00 D
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS,	102.600,00 D	0,00	0,00	102.600,00 D
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.726.923,50 D	0,00	0,00	1.726.923,50 D
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	185.107,52 D	0,00	0,00	185.107,52 D
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	3.300,00 D	0,00	0,00	3.300,00 D
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.538.515,98 D	0,00	0,00	1.538.515,98 D
123110800	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	922.362,40 D	0,00	0,00	922.362,40 D
123110801	ESTOQUE INTERNO	922.362,40 D	0,00	0,00	922.362,40 D
123210100	BENS DE USO ESPECIAL	8.445.430,00 D	0,00	0,00	8.445.430,00 D
123210102	IMÓVEIS COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
123210103	EDIFÍCIOS	8.445.430,00 D	0,00	0,00	8.445.430,00 D

b) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo;

Quadro XXXIX - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	186.858.522,64	55.104.015,61
Pessoal a Pagar	165.223.801,01	34.444.101,77
Benefícios Previdenciários a Pagar	764.592,36	29.715,11
Encargos Sociais a Pagar	20.909.129,27	20.630.198,73



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Nota: O somatório do detalhamento diverge em R\$39.000,00 do valor total da conta apresentada. A SEFIN informa que o sistema passa por instabilidades e que está empenhada na busca de soluções junto a SEFA.

- c) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

Quadro XL - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	104.600.671,11	100.433.575,53
Superávits ou Déficits Acumulados	100.433.575,53	95.700.427,63
Apuração de Resultado do Exercício	4.133.531,58	4.733.147,90
Ajustes de Exercícios Anteriores	33.564,00	0,00

3.4.1.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040101

3.4.1.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{312.539.952,14}{225.568.301,22} = 1,39$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 1,39 em caixa e equivalentes. Em relação ao exercício anterior, esse índice aponta diminuição da liquidez imediata, no entanto, não indica atipicidade, tendo em vista que o índice retorna aos limiares do exercício de 2022.

3.4.1.6.2. Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{319.085.416,43}{225.568.301,22} = 1,42$$

O quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação. No exercício de 2024 houve uma diminuição de 34% dessa capacidade em relação ao exercício de 2023. No entanto, o índice ainda demonstra capacidade de pagamento superavitária.

3.4.1.6.3. Composição do Endividamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{225.568.301,22}{225.568.301,22} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040101 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

3.4.1.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{312.539.952,14}{204.941.224,13} = 1,53$$

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 1,53 de Ativo Financeiro.

3.4.2. Balanço Patrimonial - UG 040102

3.4.2.1. Quadro Principal

Quadro XLI - Balanço Patrimonial

		Governo do Estado do Pará Balanço Patrimonial Anexo 14 - Lei 4.320/64 Unidade Gestora - Fundo de Respeitamento do Poder Judiciário Dezembro/2024		Data: 28/03/2025 Horário: 09:26:39 AM Usuário: 51819619249 UG: 040101 Pág: 1 De: 3	
Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo e Patrimônio Líquido	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	859.694.880,52	866.749.110,96	Obrig. Trib. Previd. e Assist. a Pagar a C. Prazo	463.542,40	394.117,24
Demais Créditos e Valores a C. Prazo	19.254.430,39	13.958.493,32	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	29.557.365,23	27.585.759,69
Estoques	10.035.359,63	6.992.831,33	Provisões a Curto Prazo		
VPD Pagas Antecipadamente			Demais Obrigações a Curto Prazo	450.116.918,17	454.257.792,17
Total do Ativo Circulante	888.984.720,54	887.700.435,61	Total do Passivo Circulante	480.137.825,80	482.237.669,10
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Imobilizado	505.766.942,60	492.189.440,09	Provisões a Longo Prazo		
Total do Ativo não Circulante	505.766.942,60	492.189.440,09	Total do Passivo não Circulante	0,00	0,00
			Patrimônio Líquido		
			Resultados Acumulados	914.613.847,34	897.652.206,60
			(-) Ações / Contas em Tesouraria		
			Total do Patrimônio Líquido	914.613.847,34	897.652.206,60
Total do Ativo	1.394.751.673,14	1.379.889.875,70	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.394.751.673,14	1.379.889.875,70

3.4.2.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XLII - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes				
	Exercício Atual	Exercício Anterior		
Ativo (I)			Passivo (II)	
Ativo Financeiro	859.694.880,52	866.749.110,96	Passivo Financeiro	502.096.664,78
Ativo Permanente	535.056.792,62	513.140.764,74	Passivo Permanente	638.070,87
Total do Ativo	1.394.751.673,14	1.379.889.875,70	Total do Passivo	602.734.735,65
Saldo Patrimonial (I - II)				892.016.937,49



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.2.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro XLIII - Quadro das contas de compensação

Quadro das Contas de Compensação				
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Recebidas	355.699,90	355.699,90		
			Obrigações Contratuais	312.699.824,80
				171.116.563,89
Total dos Atos Potenciais Ativos	355.699,90	355.699,90	Total dos Atos Potenciais Passivos	312.699.824,80
				171.116.563,89

3.4.2.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro XLIV - Quadro do superávit/déficit financeiro

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro				
	Fonte de Recurso	Exercício Atual	Exercício Anterior	
500	Recursos não Vinculados de Impostos	150.349.032,86	160.268.949,90	
501	Outros Recursos não Vinculados	31.463.518,13		
700	Outras Transf. Conv. ou Instrumentos Congêneres da União	705.972,42	1.023.978,42	
702	Outras Transf. Conv. ou Instrum. Congêneres dos Municípios	427,45	427,45	
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	3.226.152,67	6.270.527,88	
759	Recursos Vinculados a Fundos	171.853.112,21	217.487.131,70	
	Total das Fontes de Recursos	357.598.215,74	385.051.015,35	

FONTE: Sistema SIAFE 2024, Unidade Responsável 040101, Data de emissão 28/03/2025 às 09:26:28 AM

NOTA EXPLICATIVA:

01. De acordo com o MCASP 10ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Pág. 548) e IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (atualizado em janeiro 2020) 02. Imobilizado / A respeito do imobilizado do Tribunal de Justiça é responsabilidade do Fundo de Resgate do Estado do Pará Lei Complementar nº 21, de 26 de fevereiro de 1994, desta forma para cumprimento da lei em 2025 vamos realizar procedimento de Reavaliação Patrimonial com base na legislação vigente. O Tribunal de Justiça não utiliza o SISPAF, sistema patrimonial do Estado do Pará. 03. Patrimônio Líquido: Resultado de superávits acumulados até 2023 de R\$ 897.652.206,60 (oitocentos e noventa e sete milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil e duzentos e seis reais e sessenta centavos), Superávit do Exercício 2024 - R\$ 16.940.874,67 (dezesseis milhões e novecentos e quarenta mil e oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) ajuste de créditos de exercícios anteriores/conta contábil 237110320 - R\$ 20.766,07 (vinte mil e setecentos e sessenta e seis reais e sete centavos).

3.4.2.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 11^a, o saldo das contas a seguir:

a) Imobilizado;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XLV – Imobilizado

123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	12.488.063,87 D	0,00	0,00	12.488.063,87 D
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	105.455,40 D	0,00	0,00	105.455,40 D
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.058.710,70 D	0,00	0,00	1.058.710,70 D
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS,	182.879,37 D	0,00	0,00	182.879,37 D
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.486.591,69 D	0,00	0,00	2.486.591,69 D
123110106	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	1.087.520,99 D	0,00	0,00	1.087.520,99 D
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	2.274.313,11 D	0,00	0,00	2.274.313,11 D
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	19.813,16 D	0,00	0,00	19.813,16 D
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.478.282,93 D	0,00	0,00	1.478.282,93 D
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	2.208,61 D	0,00	0,00	2.208,61 D
123110117	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	27.466,40 D	0,00	0,00	27.466,40 D
123110120	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	5.963,76 D	0,00	0,00	5.963,76 D
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	61.377,13 D	0,00	0,00	61.377,13 D
123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.697.480,62 D	0,00	0,00	3.697.480,62 D
123110200	BENS DE INFORMÁTICA	140.178.906,96 D	0,00	0,00	140.178.906,96 D
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	138.078.622,96 D	0,00	0,00	138.078.622,96 D
123110202	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.100.284,00 D	0,00	0,00	2.100.284,00 D
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	25.520.240,02 D	0,00	0,00	25.520.240,02 D
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	6.551.834,98 D	0,00	0,00	6.551.834,98 D
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	142.086,98 D	0,00	0,00	142.086,98 D
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	18.826.318,06 D	0,00	0,00	18.826.318,06 D
123110400	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	12.044.517,88 D	0,00	0,00	12.044.517,88 D
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	24.128,46 D	0,00	0,00	24.128,46 D
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	2.591,05 D	0,00	0,00	2.591,05 D
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	12.001.666,36 D	0,00	0,00	12.001.666,36 D
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	16.132,01 D	0,00	0,00	16.132,01 D
123110500	VEÍCULOS	4.460.904,30 D	0,00	0,00	4.460.904,30 D
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	368.625,92 D	0,00	0,00	368.625,92 D
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	4.084.017,35 D	0,00	0,00	4.084.017,35 D
123110506	EMBARCAÇÕES	8.261,03 D	0,00	0,00	8.261,03 D
123110800	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	7.284.180,47 D	0,00	0,00	7.284.180,47 D
123110801	ESTOQUE INTERNO	7.284.180,47 D	0,00	0,00	7.284.180,47 D
123110900	ARMAMENTOS	24.090,38 D	0,00	0,00	24.090,38 D
123110900	ARMAMENTOS	24.090,38 D	0,00	0,00	24.090,38 D
123119900	DEMAIS BENS MÓVEIS	68.538,77 D	0,00	0,00	68.538,77 D
123119901	BENS MÓVEIS A ALIENAR	0,00	0,00	0,00	0,00
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS	68.538,77 D	0,00	0,00	68.538,77 D
123210100	BENS DE USO ESPECIAL	427.295.610,86 D	0,00	0,00	427.295.610,86 D
123210102	IMÓVEIS COMERCIAIS	8.445.430,00 D	0,00	0,00	8.445.430,00 D
123210103	EDIFÍCIOS	207.189.553,51 D	0,00	0,00	207.189.553,51 D
123210104	TERRENOS/GLEBAS	211.660.627,35 D	0,00	0,00	211.660.627,35 D
123210600	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	56.132.049,35 D	0,00	0,00	56.132.049,35 D
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	55.175.359,37 D	0,00	0,00	55.175.359,37 D
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	956.689,98 D	0,00	0,00	956.689,98 D
123210700	INSTALAÇÕES	262.000,00 D	0,00	0,00	262.000,00 D
123210700	INSTALAÇÕES	262.000,00 D	0,00	0,00	262.000,00 D
123810100	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	134.699.180,80 C	0,00	0,00	134.699.180,80 C
123810101	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENT	10.192.788,48 C	0,00	0,00	10.192.788,48 C
123810102	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	90.106.198,14 C	0,00	0,00	90.106.198,14 C
123810103	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.679.182,51 C	0,00	0,00	10.679.182,51 C
123810104	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONA	5.099.422,14 C	0,00	0,00	5.099.422,14 C
123810105	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	18.561.224,14 C	0,00	0,00	18.561.224,14 C
123810106	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
123810109	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	51.980,34 C	0,00	0,00	51.980,34 C
123810199	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	8.385,05 C	0,00	0,00	8.385,05 C
123810200	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	45.200.520,75 C	0,00	0,00	45.200.520,75 C
123810201	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	45.200.520,75 C	0,00	0,00	45.200.520,75 C

b) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Quadro XLVI - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
--	-----------------	--------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	463.542,40	394.117,24
Pessoal a Pagar	296.580,23	290.509,14
Encargos Sociais a Pagar	166.962,17	103.608,10

c) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas

Quadro XLVII - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	914.613.847,34	897.652.206,60
Superávits ou Déficits Acumulados	897.652.206,60	842.993.032,83
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	16.940.874,67	54.659.173,77
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.766,07	0,00

3.4.2.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040102

3.4.2.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{859.694.880,52}{480.137.825,80} = 1,79$$

Esse quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. O índice aponta para uma situação superavitária, onde a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe de R\$ 1,79 em caixa e equivalentes. O índice permaneceu semelhante ao do exercício anterior, resultado da diminuição das disponibilidades e passivo circulante que ocorreram de forma igualmente proporcional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.2.6.2. Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{888.984.730,54}{480.137.825,80} = 1,85$$

Quanto a Liquidez Corrente, que demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação, o TJPA apresenta situação superavitária semelhante a do exercício de 2023. Assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo é de R\$ 1,85 para cada R\$ 1,00 comprometido.

3.4.2.6.3. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{480.137.825,80}{480.137.825,80} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040102 a dívida existente, assim como no exercício anterior, é exclusivamente de curto prazo.

3.4.2.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{859.694.880,52}{502.096.664,78} = 1,71$$

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 1,71 de Ativo Financeiro. Esse índice, em relação aos exercícios anteriores, vem apresentando ligeiro aumento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.3. Balanço Patrimonial - UG 040103

3.4.3.1. Quadro Principal

Quadro XLVIII - Balanço Patrimonial

		Governo do Estado do Pará Balanço Patrimonial Anexo 14 - Lei 4.320/64 Unidade Gestora - Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA-FRC Dezembro/2024		Data: 28/03/2025 Horário: 09:30:07 AM Usuário: 51819619249 UG: 040101 Pág.: 1 De 3	
Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo e Patrimônio Líquido	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	14.559.354,43	17.585.797,92	Comp. Trib. Previd. e Assist. a Pagar a C. Prazo		
Demais Créditos e Valores a C. Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.034.522,82	8.177.533,42
VPD Pagas Antecipadamente			Demais Obrigações a Curto Prazo	447.655,91	1.178.923,20
Total do Ativo Circulante	14.559.354,43	17.585.797,92	Total do Passivo Circulante	3.482.178,73	9.356.456,62
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Imobilizado	250.150,16		Provisões a Longo Prazo		
Total do Ativo não Circulante	250.150,16	0,00	Total do Passivo não Circulante	0,00	0,00
			Patrimônio Líquido		
			Resultados Acumulados	11.327.325,86	8.229.341,30
			(+) Ações / Contas em Tesouraria		
			Total do Patrimônio Líquido	11.327.325,86	8.229.341,30
Total do Ativo	14.809.504,59	17.585.797,92	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.809.504,59	17.585.797,92

3.4.3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XLIX - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)			Passivo (II)		
Ativo Financeiro	14.559.354,43	17.585.797,92	Passivo Financeiro	5.464.124,67	8.710.488,72
Ativo Permanente	250.150,16		Passivo Permanente	545.967,90	545.967,90
Total do Ativo	14.809.504,59	17.585.797,92	Total do Passivo	6.110.092,57	9.256.456,62
Saldo Patrimonial (I - II)				8.699.412,02	8.229.341,30

3.4.3.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro L - Quadro das contas de compensação

Quadro das Contas de Compensação					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

3.4.3.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro LI - Quadro do superávit/déficit financeiro

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro			
	Fonte de Recurso	Exercício Atual	Exercício Anterior
500	Recursos não Vinculados de Impostos	2.491.112,68	2.491.112,68
501	Outros Recursos não Vinculados	1.030.904,32	
759	Recursos Vinculados a Fundos	5.573.212,76	6.384.196,52
	Total das Fontes de Recursos	9.095.229,76	8.875.309,20

FONTE: Sistema SIAFE 2024, Unidade Responsável: 040101, Data de emissão: 28/03/2025 às 09:30:07 AM

NOTA EXPLICATIVA:

01. De acordo com o MCASP 10ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Pág. 548) e IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (atualizado em janeiro 2020) 02. Imobilizado / A respeito do imobilizado do Fundo de Apoio ao Registro Civil, Lei nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006 e alterações, desta forma para cumprimento da lei em 2025 vamos baixar o saldo imobilizado com base em 26 termos de sucessão para cartórios de baixa renda que ficaram sobre responsabilidade fiscalizadora entidade ANOREG/PA, o Tribunal de Justiça não utiliza o SISPAT, sistema patrimonial do Estado do Pará, 03 Patrimônio líquido: Resultado de superávit acumulados até 2023 de R\$ 8.229.341,30 (oito milhões e duzentos e vinte e nove mil e trezentos e quarenta e um reais e trinta centavos), Superávit do Exercício 2024 R\$ 3.907.984,56 (três milhões e novecentos e sete mil e novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.3.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 11^a, o saldo das contas a seguir:

A) Imobilizado;

123110200	BENS DE INFORMÁTICA	250.150,16 D	0,00	0,00	250.150,16 D
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO	250.150,16 D	0,00	0,00	250.150,16 D

B) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

Quadro LII - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	11.327.325,86	8.229.341,30
Superávits ou Déficits Acumulados	8.229.341,30	7.740.826,30
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	3.097.984,56	488.515,00

3.4.3.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040103

3.4.3.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{14.559.354,43}{3.482.178,73} = 4,18$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 4,18 em caixa e equivalentes. Em relação ao ano anterior, houve um crescimento de 44% desse índice, provocado, principalmente pela diminuição das obrigações de curto prazo.

3.4.3.6.2. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{3.482.178,73}{3.482.178,73} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040103 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.



2.1. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais são classificadas em variações quantitativas e variações qualitativas.

Para efeito de análises, as variações quantitativas são as que nos interessam, pois essas compreendem alterações que provocam modificações nos elementos patrimoniais, podendo ser divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas, as que aumentam o Patrimônio Líquido; e a Variações Patrimoniais Diminutivas, diminuem o Patrimônio Líquido. As Variações Patrimoniais Qualitativas não afetam o Patrimônio Líquido, visto que correspondem apenas à materialização de fenômenos permutativos patrimoniais.

O art. 104 da Lei nº 4.320/64 não estabelece a estrutura de apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais, no entanto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, dispõe que a DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

A seguir, analisaremos a Demonstração de Variações Patrimoniais de cada uma das Unidades Gestoras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.4. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040101

Quadro LIII - Demonstração das variações patrimoniais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 - LEI 4.320/64
UNIDADE GESTORA - Tribunal de Justiça do Estado
DEZEMBRO/2024

Data: 19/03/2025
Horário: 01:07:33 PM
Usuário: 51819619249
UG: 040101
Pág.: 1 De 2

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.130.707.098,51	1.901.607.315,44
TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAIS	2.130.707.098,51	1.901.607.315,44
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	244.817,77	3.383.336,40
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	244.817,77	3.383.336,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	2.130.951.916,28	1.904.990.651,84
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	2.042.051.611,99	1.655.149.426,42
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.529.855.440,31	1.183.689.712,06
ENCARGOS PATRONAIS	248.462.549,52	243.202.806,59
BENEFÍCIOS A PESSOAL	102.516.122,77	97.976.452,30
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	161.217.499,39	130.280.455,47
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.075.825,56	2.521.369,04
APOSENTADORIAS E REFORMAS	886.823,17	13.531,46
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.189.002,39	2.507.837,58
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.457.868,23	19.665.344,80
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		936.209,00
SERVIÇOS	5.457.868,23	18.729.135,80
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	62.226.152,91	118.813.686,53
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	62.226.152,91	118.812.851,53
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO DELEGADA A ENTES		835,00
TRIBUTÁRIAS	476.892,89	415.545,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		181.275,22
CONTRIBUIÇÕES	476.892,89	234.270,07
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.530.033,12	103.692.131,86
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		91.868.925,25
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.530.033,12	11.823.206,61
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2.126.818.384,70	1.900.257.503,94
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	4.133.531,58	4.733.147,90

3.4.4.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

3.4.4.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{2.130.951.916,28}{2.126.818.384,70} = 1,00$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2024, o índice representa equilíbrio patrimonial, visto que o índice alcançou 1,0019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.5. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

Quadro LIV - Demonstração das variações patrimoniais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 - LEI 4.320/64
UNIDADE GESTORA - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário
DEZEMBRO/2024

Data: 19/03/2025
Horário: 01:08:00 PM
Usuário: 51819619249
UG: 040101
Pág.: 1 De 2

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00
CONTRIBUIÇÕES		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	448.656.871,11	449.635.973,61
TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAIS	448.656.871,11	445.752.002,84
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		3.883.970,77
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.520.165,01	484.191,49
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		1.887,84
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.520.165,01	482.303,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	450.177.036,12	450.120.165,10
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	109.741.403,59	128.882.036,74
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		299.962,58
BENEFÍCIOS A PESSOAL	109.741.403,59	128.580.527,54
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.548,62
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.718.452,97	1.328.864,68
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.718.452,97	1.328.864,68
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	275.718.958,71	225.577.877,14
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	4.994.527,04	5.452.829,85
SERVIÇOS	230.971.944,98	174.781.479,29
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	39.752.488,71	45.343.368,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	7.240,22	474.337,94
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.240,22	474.337,94
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	13.026.000,79	14.359.996,07
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.022.286,57	14.355.119,73
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO DELEGADA A ENTES	3.714,22	4.876,34
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6.322,85	476.146,29
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	6.322,85	476.146,29
TRIBUTÁRIAS	525.350,72	501.829,27
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	143.853,54	131.063,81
CONTRIBUIÇÕES	381.497,18	370.765,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	32.492.431,80	25.860.103,20
PREMIAÇÕES	59.020,00	154.900,00
INCENTIVOS	382.848,05	145.479,84
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	32.050.583,55	25.559.723,56
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	433.236.161,45	395.460.991,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	16.940.874,67	54.659.173,77

3.4.5.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

3.4.5.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{450.177.036,12}{433.236.161,45} = 1,04$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2024, o índice demonstra uma situação de equilíbrio patrimonial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.4.6. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

Quadro LV - Demonstração das variações patrimoniais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 - LEI 4.320/64
UNIDADE GESTORA - Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA-FRC
DEZEMBRO/2024

Data: 19/03/2025
Horário: 01:08:00 PM
Usuário: 51819619249
UG: 040101
Pág.: 1 De 1

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	14.766.293,65	13.877.501,69
TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAIS	14.766.293,65	13.877.501,69
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	14.766.293,65	13.877.501,69

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	157.105,15	136.840,68
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	157.105,15	136.840,68
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.511.203,94	13.252.146,01
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.511.203,94	13.252.146,01
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	11.668.309,09	13.388.986,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	3.097.984,56	488.515,00

3.4.6.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

3.4.6.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{14.766.293,65}{11.668.309,09} = 1,26$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2024, o índice aponta situação superavitária discreta e acréscimo em relação ao exercício anterior, ocasionado pela diminuição das VPD da conta “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” e aumento das transferências recebidas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, elaborada pela SEAUD, referente ao exercício de 2024.

Esta SEAUD elaborou este relatório em cumprimento do Art. 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007, que determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do TCE-PA devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão. O Art. 4º, §2º da referida Resolução determina ainda que a unidade de controle interno elabore relatório e parecer informando as situações significativas apuradas no que diz respeito a análise da Prestação de Contas.

O presente relatório tem como objetivo apresentar análise acerca dos resultados relativos aos atos de gestão, levando-se em consideração os princípios da transparência, da eficiência, economicidade, eficácia e legalidade, bem como expressar o resultado das análises realizadas pela equipe da SEAUD, que tomou por base os trabalhos de fiscalização (auditoria/monitoramento) realizados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Para a avaliação da gestão, foram analisados 4 (quatro) tópicos a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em resumo, após análise dos documentos enviados pelas unidades, concluiu-se que:

Pessoal

Ao considerar o último relatório do CNJ, de 2023, observou-se um aumento de 17,94% na rubrica das despesas totais e 18,24% com pessoal, em âmbito nacional. Quando verificado a despesa de pessoal por habitante, o aumento foi de 14,74%. Neste cenário, o PJPA se apresenta em sexto lugar sob o critério de menor custo médio mensal com magistrados(as), entre os nove tribunais de médio porte, e em quinto lugar, com servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ressalta-se que, em 2024, o PJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,88% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%.

Dentre as ações realizadas pelo PJPA voltadas à gestão de pessoal no ano de 2024, destacam-se a promoção de 3.693 capacitações de magistrados(as) e Servidores(as); a continuidade da recomposição do poder de compra do auxílio alimentação; da indenização de férias e a conversão de licenças-prêmio em pecúnia para magistrados, magistradas, servidores e servidoras, conforme o Relatório de Avaliação do PPA- Exercício 2024.

Gestão de Compras e Contratações

O PJPA não possui indicadores de desempenho que estabeleçam parâmetros de análise deste tópico de gestão. Contudo, destaca-se que o órgão obteve a economia de R\$ 185.172.118,59, o que representa um deságio de 25,25% em relação ao total estimado para as licitações realizadas no exercício.

Obras e Serviços de Engenharia

Para a operacionalização da atividade de Obras e Serviços foram previstos três Projetos-atividade: Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário e Reforma, Manutenção de Prédios do Poder Judiciário no programa Atuação Jurisdicional e Construção de Imóveis Públicos Estaduais no programa Governança Pública.

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 46.967.806,00, tendo sido executados R\$ 30.275.348,42. Em análise do desempenho físico, percebe-se que o percentual de execução foi de 64,46%, no entanto, o percentual físico alcançou 90% do programado, representando um gerenciamento financeiro satisfatório.

Em relação ao projeto-atividade Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário, foi disponibilizada a importância de R\$ 35.685.913,00, tendo sido executado R\$ 25.127.674,45. Este projeto superou a meta física, atingindo o percentual de 102,76% do programado com economia financeira de 29.59%, ratificando a boa gestão dos recursos financeiros.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quanto ao projeto-atividade Construção de Imóveis Públicos Estaduais, houve o percentual de 83,14% de execução financeira para a conclusão de duas obras remanescentes de exercícios anteriores.

Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação

Os serviços de tecnologia da informação e comunicação tem avançado muito rapidamente em importância, tanto como condição de possibilidade para a realização da atividade fim do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, entendida como a prestação jurisdicional a que este órgão do judiciário se encontra legalmente vinculado, quanto para a realização de suas atividades meio, destinadas a subsidiar e viabilizar as demais atividades.

Dentre os principais projetos executados pela Secretaria de Informática no ano de 2024 podemos destacar: o projeto Reiniciar, que teve sua conclusão em 19/12/2024, contemplando 110 Comarcas do interior e 5 na Região Metropolitana de Belém; A instalação de mais equipamentos de w-fi em 50 Comarcas; A instalação de internet de baixa órbita em 100 Comarcas; A instalação de links de internet, com provedores locais, em mais 69 Comarcas; e a execução do projeto de Hiperconvergência que virtualiza a infraestrutura de TI em um único lugar, automatizando os recursos por meio de ferramentas de software, além de centralizar a gestão de recursos e automatizar operações.

Para o exercício de 2024, na dimensão do Plano Plurianual (PPA/LOA), o TJPA orçou o dispêndio, atualizado, no valor de R\$ 103.392.962,00 para atender o projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”. Do montante dotado, R\$ 89.121.081,00 destes créditos foram suficientes para o atingimento de 100% da meta física, correspondendo ao valor percentual de 86,19% do orçamento total.

Ação	Origem		Financeiro em R\$			Físico			
			Dotação/ Atualizada OGE 2023	Executado	% Execução	Produto/ Um. de medida	Programado	Executado	% Execução
Atualização, expansão e manutenção da infraestrutura tecnológica	1º grau	FRJ	R\$57.736.250,00	R\$ 49.235.294,00	85,27%	Unidade atendida (Un)	138	138	100%
		TJE	R\$0,00	R\$ 0,00	0,00%				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

do Poder Judiciário	2º grau	FRJ	R\$ 11.916.863,00	R\$ 10.438.996,00	87,59%	Unidade atendida (Un)	1	1	100%
		TJE	R\$0,00	R\$0,00	0,00%				
	Apoio indireto à atividade judicante	FRJ	R\$ 33.739.849,00	R\$ 29.446.791,00	87,27%	Unidade atendida (Un)	1	1	100%
		TJE	R\$0,00	R\$0,00	0,00%				
TOTAIS			R\$ 103.392.962,00	R\$ 89.121.081,00	86,19%		140	140	100%

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2024-2027 do TJPA – Exercício 2024.

Origem	Dotado	Executado	% Execução
Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	R\$ 103.392.962,00	R\$ 89.121.081,00	86,19%
TJE	R\$0,00	R\$0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 103.392.962,00	R\$ 89.121.081,00	86,19%

Demonstrações Contábeis

A estrutura das Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício 2024 está de acordo com os princípios contábeis aplicáveis à Contabilidade do setor público, segue os parâmetros da Lei nº 4.320/1964 e modelos do MCASP.

Ressalta-se ainda que, em que pese a estrutura das demonstrações apresentar conformidade com as normas contábeis, os valores que compõem os saldos apresentados não foram objeto de análises, cabendo esta análise mais aprofundada aos trabalhos operacionais de auditoria.

Importante destacar que esta SEAUD solicitou, em alguns casos, esclarecimento sobre valores, ora em análise isolada, ora cotejados com saldos de exercícios anteriores, tais informações constam em Notas Explicativas, elaboradas pelas unidades responsáveis, nos respectivos Demonstrativos.

CONCLUSÃO DA SEAUD

Conforme o exposto, verificou-se o bom nível de gestão nas áreas avaliadas e o contínuo aprimoramento das unidades administrativas nos seus processos, controles internos e atividades de prestação de contas, bem como, infere-se a gestão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em gerir a coisa pública de forma equilibrada, eficiente e eficaz, refletidos nos instrumentos contábeis, financeiros, orçamentários e de gestão, objetos do presente relatório.

Registre-se que não foram identificadas impropriedades que tenham comprometido os atos dos responsáveis pela gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará, no exercício de 2024.

Em suma, com base na análise da documentação exigida pelo TCE-PA para fins de Prestação de Contas Anual de Gestão, esta SEAUD informa que não encontrou irregularidades ou ilegalidade, como indícios de enriquecimento ilícito de gestor, prejuízo ao erário e ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e de legalidade, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992, e, por esse motivo, conclui ser possível recomendar a aprovação das contas do TJPA em relação ao exercício de 2024.

Submetemos o presente relatório à apreciação do Secretário de Auditoria Interna e posterior encaminhamento à Presidência desta Corte.

É o relatório.

Belém, 28 de março de 2025.

Gilson do Carmo Castelo dos Reis

Atendente Judiciário

Humberto Pereira Lima Filho

Analista Judiciário – Ciências Contábeis

Oscar Bruno Maciel de Abreu

Analista Judiciário – Análise de Sistemas/Suporte

Paulo Roberto Martins da Cunha

Analista Judiciário

Stela Reis de Souza

Analista Judiciária – Ciências Contábeis

Sheila Alves de Lima Maciel

Requisitada – Arquiteta

Milene Laíse Silva Correa

Chefe da Divisão de Fiscalização e Monitoramentos

Lourival Pereira Boulhosa Neto

Chefe da Divisão de Auditorias

Betânia Souza da Silva Pinheiro

Coordenadora do Núcleo Estratégico de Governança de Auditoria e Risco

TIAGO SILVA GUIMARÃES

Secretário de Auditoria Interna